

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ARIEL ENGSTER

TRÊS DIAS DE LUZ: O GOVERNO CARLOS LUZ NAS PÁGINAS DE *MANCHETE*

PORTO ALEGRE

2023

ARIEL ENGSTER

TRÊS DIAS DE LUZ: O GOVERNO CARLOS LUZ NAS PÁGINAS DE *MANCHETE*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Luiz Alberto Grijó

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Engster, Ariel
Três dias de Luz: o governo Carlos Luz nas páginas
de Manchete / Ariel Engster. -- 2023.
56 f.
Orientador: Luiz Alberto Grijó.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em
História, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Manchete. 2. 11 de novembro de 1955. 3.
Imprensa. 4. Marechal Lott. 5. Forças Armadas. I.
Grijó, Luiz Alberto, orient. II. Título.

ARIEL ENGSTER

TRÊS DIAS DE LUZ: O GOVERNO CARLOS LUZ NAS PÁGINAS DE *MANCHETE*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção de título de licenciado em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Luiz Alberto Grijó

Aprovado em: Porto Alegre, 03 de abril de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Departamento de História/UFRGS

Prof. Dra. Carla Brandalise

Departamento de História/UFRGS

Prof. Dr. Douglas Souza Angeli

UEMG

Aos meus pais, por me ensinarem dentro de casa o amor e o valor da democracia.

AGRADECIMENTOS

Vida é jogo; jogo é sorte.

Lá se vão quase duas décadas que um desprezado Gabiru fez o gol mais importante do colorado. Tornou-se, assim, herói. A vida tem dessas: muda de repente. Estes agradecimentos, por exemplo, se fossem escritos poucos dias antes seriam muito diferentes. Mais duros, menos alegres. A vida tem dessas: nem sempre é doce.

Volto mais um pouco no tempo: nos anos 1990, uma propaganda da RBS dizia que “quem tem um amigo é sempre um vencedor”. Na verdade, a frase chegou até mim pelo pessoal do finado blog *Impedimento*, que tinha isso como um mantra. Não sou muito de frases definitivas, mas desta não posso discordar. Eu, graças!, sou um vencedor.

Nesta longa estrada da vida fui apresentado com pessoas incríveis. A Laís, por exemplo: nunca desistiu de mim e nunca permitiu que eu desistisse de mim (o que tu fez por mim jamais conseguiria fazer por alguém). Ou o Igor, há mais de uma década meu colega de boemia. E a Lorena, que me suporta desde o Ensino Médio e, sabe-se lá por que, continua me chamando para fazer parte da vida dela. O Mat_harb, mesmo de terras pauliceias, nunca deixou de se fazer presente. Já o JP foi companhia aqui mesmo, nesta capital esquecida por Deus. Muito obrigado, amigos. Este trabalho e este aluno de História não seriam os mesmos sem vocês.

Muitas vezes, nestes anos de curso, me faltou coragem. Precisei, então, recorrer a quem tinha de sobra. Dos meus amigos, roubei um pouquinho. Da turma do Reveilão, por exemplo, como o Hack e o Guilherme, vulgo Indiada, para citar só dois e não alongar demais. Ou do La Pauta, que lembro aqui nos nomes do Stéfano, do Giovanni “Hathi” e do Hudson, que nunca esqueceram de mim.

Citar nomes é sempre um perigo, afinal pode nos escapar algum muito importante. Mas os de sempre sabem que fazem parte desta lista de gratidão. Você – você mesmo – que, porventura, esteja lendo essas mal traçadas linhas: você sabe que está aqui nesses agradecimentos. No meu rol do coração.

Quem tem amigos é sempre um vencedor.

Antes que me esqueça (já esqueci, e por isso agradeço à banca por me lembrar), agradeço ao meu orientador Luiz Alberto Grijó pelas contribuições que tanto qualificaram este trabalho.

Já os coloquei na dedicatória, mas preciso os trazer novamente aqui: meu pai, Waldir, e minha mãe, Dulce, que sempre estiveram ao meu lado, mesmo longe, mesmo que isso cobrasse um preço caro deles. Nem tudo foi perfeito, mas cada luta nos fez mais forte. Sou o que sou porque assim vocês me fizeram. À minha parceira de vida e irmã, Manuela, meu muito obrigado. E ao meu irmão, Marcelo, que, não satisfeito em me dar uma cunhada maravilhosa, ainda me presenteou com a honra e a responsabilidade de ser padrinho desse pedacinho de amor chamado Maria Fernanda. Repetindo o que disse no TCC da Comunicação: minha família é o princípio de mim.

Por fim: ao Cara e à Guria. Seu simples existir me faz querer existir também.

Neste eterno jogo da vida, dei sorte. Sou um vencedor.

“O passado não pertence jamais só ao passado”

Achille Mbembe, O que fazer com as estátuas e os monumentos coloniais?

RESUMO

Este trabalho busca compreender como os dias do governo Carlos Luz foram vistos à época, partindo da cobertura feita pela revista *Manchete*. Para isso, foram analisadas as cinco edições imediatamente posteriores ao 11 de novembro de 1955 e uma edição anterior, mas que já tratava do possível acontecimento de um golpe. Tratamos, também, da relação entre Jornalismo e História, vendo naquele um instrumento de reprodução desta. Fazemos, além disso, um relato da trajetória da *Manchete* e dos acontecimentos políticos e militares daquele novembro. Foi possível observar quatro eixos sobre os quais se construíram as matérias da revista: a situação no país era tranquila; os personagens envolvidos merecem respeito e honrarias, não importando o lado em que se encontravam; a quebra da hierarquia e disciplina militares foram força motriz do caso; e os militares estavam no comando da política naquele momento.

PALAVRAS-CHAVE: *Manchete*; 11 de novembro de 1955; imprensa; Marechal Lott; Forças Armadas.

RESUMEN

Este trabajo busca comprender cómo se veían los días del gobierno de Carlos Luz en su momento, a partir de la cobertura que realizó la revista *Manchete*. Para ello se analizaron las cinco ediciones inmediatamente posteriores al 11 de noviembre de 1955 y una edición anterior, pero que ya trataba de un posible golpe de Estado. También nos ocupamos de la relación entre Periodismo e Historia, considerando al primero como un instrumento para su reproducción. Damos cuenta también de la trayectoria de *Manchete* y de los acontecimientos políticos y militares de ese noviembre. Fue posible observar cuatro ejes sobre los que se construyeron los artículos de la revista: la situación en el país era tranquila; los personajes involucrados merecen respeto y honores, sin importar de qué lado estuvieran; la ruptura de la jerarquía y la disciplina militar fueron la fuerza motriz del caso; y los militares estaban a cargo de la política en aquel momento.

PALABRAS CLAVE: *Manchete*; 11 de noviembre de 1955; prensa; el mariscal Lott; Fuerzas Armadas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. O GOVERNO LUZ	13
3. HISTÓRIA E JORNALISMO	24
3.1 A REVISTA	28
4. MANCHETE	31
4.1 5 DE NOVEMBRO DE 1955, Nº 185	35
4.2 12 DE NOVEMBRO DE 1955, Nº 186	35
4.3 19 DE NOVEMBRO DE 1955, Nº 187	35
4.4 26 DE NOVEMBRO DE 1955, Nº 188	41
4.5 3 DE DEZEMBRO DE 1955, Nº 189	43
4.6 10 DE DEZEMBRO DE 1955, Nº 190	44
5. CONCLUSÃO	45
6. REFERÊNCIAS	51
6.1 FONTES PRIMÁRIAS	51
6.2 BIBLIOGRAFIA	51

1. INTRODUÇÃO

Em fins de 1955, a temperatura política no Brasil estava alta. Há pouco mais de um ano, suicidara-se Getúlio Vargas. Em outubro, uma eleição decidira os novos presidente e vice do país. No mês seguinte, dois presidentes haviam sido tirados do poder e o Brasil estava em estado de sítio. Naquele novembro, durante três dias, Carlos Luz¹ foi o presidente do país. Neste trabalho, discute-se como a revista *Manchete* contou a ascensão e queda do governo Luz. Serão analisadas as edições 186 (12 de novembro de 1955), 187 (19 de novembro de 1955), 188 (26 de novembro de 1955), 189 (3 de dezembro de 1955) e 190 (10 de dezembro de 1955), as que se seguiram aos dias de Luz como presidente e que trataram dos acontecimentos desse período. Todas estão disponíveis na hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital. Algumas páginas, porém, não têm numeração, não sendo possível também garantir que estejam na ordem certa. Diante disso, algumas das referências aparecem incompletas.

Biroli (2003) afirma que, após a Ditadura Civil-Militar, houve uma caracterização da imprensa dos anos 1950 como democrática, objetivando “conservar um status de credibilidade para o jornalismo e para os grandes jornais nas décadas recentes” (BIROLI, 2003, p. 186). Segundo a autora, recorrem-se a proposições e eleições a fim de forjar essa ideia:

As proposições afirmam, em geral, a combatividade dos jornais, a inserção democrática de jornais e jornalistas naqueles anos: a imprensa é descrita em suas ações supostamente indispensáveis à derrocada do Estado Novo e ao clima de liberdade (pouco problematizada, já que delimitada por percepções liberais bastante estáveis) do período que se encerrou com o golpe de 1964, para então, em um salto significativo, ser flagrada em ações de combate à censura do pós-64. As eleições procuram apagar, por sua vez, o fato de que inúmeros jornais e jornalistas estiveram, durante o chamado período democrático, envolvidos na derrocada de governos (Vargas em 1954, João Goulart em 1964), em ligações mais ou menos estreitas com articulações golpistas (contra Vargas, Juscelino e Goulart) e com o elitismo autoritário da União Democrática Nacional (UDN). Silenciam, assim, sobre o fato de que as relações entre imprensa e política em *tempos de democracia* se caracterizaram, inúmeras vezes, por *práticas negadoras de aspectos centrais à política democrática* (ou à própria política), como a não aceitação das opções contidas no voto. (BIROLI, 2003, p. 186-187)

1 Nascido em Três Corações (MG) em 4 de agosto de 1894, Carlos Coimbra da Luz era filho do desembargador Alberto Gomes Ribeiro da Luz e de Augusta Coimbra da Luz. Concluiu o ginásio na cidade de Lavras (MG), seguindo então para Belo Horizonte (MG), onde ingressou na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais e começou a trabalhar como funcionário da Secretaria do Interior do governo estadual. Foi, também, delegado de polícia, professor de geografia, corografia e cosmografia, inspetor escolar, promotor, advogado e jornalista. Entrou para a política em 1923, sendo eleito vereador de Leopoldina (MG) e, em seguida, prefeito. Foi secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas e, depois, do Interior no governo do Estado de Minas Gerais. Eleito deputado federal em 1934, após o golpe do Estado Novo assumiu cargos na Caixa Econômica Federal – chegando a presidente da instituição – e na Companhia de Seguros Minas-Brasil. Eleito deputado da Assembleia Nacional Constituinte em 1945, não chegou a assumir o posto por ser escolhido para o Ministério da Justiça do governo Eurico Dutra, cargo em que ficou até o ano seguinte. Voltou à Câmara em 1947, sendo reeleito em 1950 e 1954, sendo então escolhido como presidente da casa, mesmo tendo vindo de votações pouco expressivas. Após o 11 de novembro de 1955, Luz teve uma atuação política apagada (MALIN, 2020).

Biroli (2003) busca, em seu estudo, contrapor-se a textos que projetam no jornalismo dos anos 1950 a mudança de uma ênfase política para uma empresarial, mais técnica e isenta. Para ela, há uma conjunção entre envolvimento político (de um campo ideológico autoritário e conservador) e progresso e técnica.

Na apresentação do dossiê História e Mídia da revista Anos 90, Grijó (2012, p. 11) afirma que os historiadores buscam, na mídia, não só os “fatos”, mas também “dados para estudos sobre mentalidade, visões de mundo, cultura ou valores de determinadas épocas e lugares”. Por extensão, continua o autor, estudar os veículos de comunicação é analisar quais concepções e ideais produzem e reproduzem. Karawejczyk (2010), por sua vez, afirma que se conhece algumas das ideias que circulavam em certa época também a partir de sua imprensa. Capelato (1988) diz que, pelos jornais, se pode recuperar as lutas, ideais, compromissos e interesses de um período. “A imprensa registra, comenta e participa da história”, complementa a autora (CAPELATO, 1988, p. 13). Ainda segundo Capelato (1988), a imprensa oferece amplas possibilidades de interrogar os mortos, ou seja, permite ao historiador reviver personagens do passado e entender a eles e a suas épocas.

Espig (1998) vê no jornal uma ferramenta extremamente útil para o estudo histórico. Para a autora, a periodicidade, por exemplo, nos permite acompanhar a memória do dia a dia e estabelecer uma cronologia dos eventos históricos. Ela alerta, porém, que não se pode precisar até que ponto a imprensa se inseria no imaginário social de determinada época – mas, evidentemente, sabe-se que não poderia fugir muito da forma de pensar daquele momento e do grupo ao qual se dirigia.

Martins e De Luca (2008, p. 8) também abordarão a importância do jornalismo. Conforme as autoras, a própria nação brasileira vai nascer e crescer com a imprensa. “Uma explica a outra. Amadurecem juntas [...]. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira”. A imprensa, seguem elas, não só vê os acontecimentos políticos, mas participa deles. Alves² (*apud* LAPUENTE, 2016) vai no mesmo sentido e pontua que os periódicos são uma fonte importante para o estudo das disputas políticas pois as representam e se tornam um elo ou praça de combate entre diferentes correntes. Ribeiro (2000, p. 19) destaca que os discursos de determinada época, especialmente os midiáticos, são espaços privilegiados das lutas sociais. “É o campo por excelência do ideológico, onde várias vozes disputam a hegemonia das representações. Uma página de jornal é o reflexo vivo das contradições da

2 ALVES, Francisco das Neves. **O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina**. Rio Grande: Editora da FURG, 2002.

realidade social no corte de um dia”. Mais que isso, Cruz e Peixoto (2007) sinalizam que a imprensa não é uma simples depositária de acontecimentos, mas uma força ativa da história do capitalismo. Sendo assim, o estudo do periodismo mostra sua importância para uma história da cultura e da política nacionais, tendo em vista que ele não é só espectador, mas ator dessas relações. Estudar o comportamento da mídia a cerca de um evento é, cada vez mais, passo essencial para compreendê-lo.

“Revistas funcionaram como parte de um esforço coletivo para construir uma nação”, afirma Paniago (2008, p. 230). Além disso, “servem como lastro cultural, para mostrar o que e como pensa uma comunidade”, complementa o autor (2008, p. 84). Com isso em mente, buscamos na revista *Manchete* uma representação de como foram vistos, naquele momento, os dias em que Carlos Luz esteve no poder. A escolha poderia ser pela revista *O Cruzeiro*³, então líder em vendas, mas ela pouco trata do tema naqueles dias. Na edição de 12 de novembro de 1955, a primeira em sequência ao governo de Luz, apenas três páginas versavam sobre a crise política, sem se aprofundar no tema ou citar o efêmero presidente. A edição seguinte traz, em duas páginas, o enterro do general Canrobert, episódio catalisador da crise, sem, porém, se ater às polêmicas, e mais quatro sobre os desenrolares políticos. *Manchete*, por sua vez, só na edição 187, do dia 19 de novembro de 1955, dedica, entre textos e cobertura fotográfica, 17 páginas ao caso.

O episódio de 11 de novembro de 1955 teria desdobramentos importantes nos anos seguintes no país. Biroli (2003) analisa a posição de Maria Vitória Benevides, para quem naquele ano os militares teriam entendido que precisariam acabar com as divisões internas que enfraqueciam sua capacidade de ocupar cargos governamentais e influenciar a política

3 Apenas quatro anos após comprar seu primeiro jornal, Assis Chateaubriand adquiriu o título da revista *Cruzeiro* – ainda sem o O na frente. Para fazer a operação naquele novembro de 1928, Chatô contou com um financiamento intermediado pelo então ministro da Fazenda, Getúlio Vargas. O projeto era ambicioso, contando com uma tiragem inicial de 50 mil exemplares em uma época que o máximo era 27 mil. A revista teria papel de qualidade superior, os melhores intelectuais, muitas fotografias, assinatura de todos os serviços estrangeiros de fotografias e notícias e seria rodada em quatro cores. Circularia em todas as capitais e principais cidades do Brasil – o que era bastante interessante para os planos políticos de Vargas. No dia 10 de dezembro daquele ano a *Cruzeiro* era lançada no Brasil, Buenos Aires e Montevideu. No ano seguinte a tiragem já está em 80 mil exemplares. Se seguirão melhorias gráficas, transferência da impressão da capital argentina para o Rio de Janeiro, mas não uma mudança formal, o que levará a um declínio. Será na década de 1940 que *O Cruzeiro* irá se recuperar. É nesta época que Frederico Chateaubriand, o Freddy, sobrinho de Chatô, assume a direção da revista. Freddy busca dar à revista a cara de publicações como *Life*, *Look* e *Paris Match*. Através dele, Jean Manzon chega à revista, sendo responsável, junto com David Nasser, por grandes reportagens de destaque – algumas vezes puramente inventadas. A revista, que chegou a ter uma versão em espanhol exportada para a América Latina, alcançou a marca de 700 mil exemplares na edição sobre o suicídio de Vargas. No final dos anos 1950, porém, o grupo dos Diários Associados, de Chatô, começa a definir. O fim do governo JK intensifica o processo, com o fim dos patrocínios públicos. O golpe militar também não melhora a situação e *O Cruzeiro* chega ao fim em 1975 (LOUZADA, 2004).

nacional. Para Biroli (2003), isso significa que a partir dali os militares foram levados ao papel de intérpretes da lei – eles deviam obediência ao presidente da República dentro dos limites da lei, limites estes que eles próprios passaram a definir.

Este trabalho pode ser uma contribuição a temas ainda pouco pesquisados. Apesar de uma crescente literatura sobre história e mídia, são tímidos os estudos históricos sobre as revistas frente aos jornais. Mesmo os acontecimentos políticos daquele novembro de 1955 permanecem praticamente uma vírgula na história política brasileira do século XX ou da participação política das Forças Armadas. Carloni (2010, p. 44) faz um resumo desse apagamento:

Os livros didáticos de História, em sua maioria, não abordam o Movimento 11 de Novembro, e quando o fazem é de maneira bem sucinta. A existência de militares nacionalistas é tema inconcebível. Até mesmo no meio acadêmico, supostamente local de resistência aos esquecimentos impostos, os trabalhos em torno do 11 de Novembro são raros, na maioria figuram como pequeno capítulo de obras mais gerais, e biografias a respeito do seu protagonista são inexistentes.

Buscamos, enfim, mais do que só contar a visão de *Manchete* daqueles três dias em que Luz esteve no poder. Queremos, também, contribuir para uma história dos meios de comunicação brasileiros, especialmente das revistas e especificamente da *Manchete*; analisar como se deram os acontecimentos relacionados ao governo Luz e que narrativa se fez deles naquele momento; discutir as relações entre história e jornalismo; e observar a atuação das Forças Armadas em prol e contra a democracia.

2. O GOVERNO LUZ

Após o suicídio de Vargas, João Café Filho⁴, seu vice, assumiu a presidência. Em outubro de 1955 foram realizadas eleições e, numa aliança entre Partido Social Democrático (PSD) e

4 João Fernandes Café Filho nasceu em 3 de fevereiro de 1899 em Natal (RN). Em Recife, atuou como rábula e aproximando-se da população pobre, o que o levaria à política. Segundo Melo Filho (2007, p. 141), foi, em sua juventude, “o que se pode considerar um sindicalista de esquerda e um agitador popular, que organizou centros e sindicatos operários, liderou uma greve de tecelãs, a primeira a ser declarada em Natal, e chegou a comandar também uma greve geral de portuários, gráficos e estivadores”. A partir de 1921, passou a se dedicar também à função de jornalista. Mesmo tendo sido um apoiador em 1930, foi cassado pelo governo de Vargas em 1937, exilando-se na Argentina, mas reaproximou-se do gaúcho em 1950, quando foi candidato a seu vice-presidente, sendo ambos eleitos. Durante a crise política, porém, chegou a se reunir com Carlos Lacerda, principal nome de oposição a Vargas, garantindo que assumiria o poder em caso de impedimento do presidente (MELO FILHO, 2007). Com o suicídio do gaúcho, assumiu a presidência da República. Seu ministério passou a abrigar a UDN e militares contrários a Vargas (MELO FILHO, 2007). Conforme Skidmore (1988), era um legalista e teria, desde a posse, entendido o seu mandato como interino. Após a presidência, foi ministro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Faleceu a 20 de fevereiro de 1970.

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Juscelino Kubitschek⁵ e João Goulart⁶ foram eleitos, respectivamente, presidente e vice⁷. A votação foi unanimemente considerada limpa, porém o vencedor conquistou apenas 36% dos votos contra 30% do udenista⁸ Juarez Távora⁹ (COUTINHO, 2022; COHEN, 2007), o que abriu espaço para uma batalha judicial. Para a União Democrática Nacional (UDN), não eram válidos os votos dos comunistas, então na ilegalidade, e não era legítima a eleição pois os eleitos não haviam conquistado a maioria absoluta dos votos (DELGADO, 2006a), argumentos que já haviam sido sustentados contra a posse de Vargas e refutados pelo Tribunal Superior Eleitoral em 1950 (BATALHA... 1955a; BATALHA... 1955b). Mais uma questão se apresentava: a nação sofreria de populismo, com o voto da população iletrada e, supunha-se, incapaz de certa autonomia, voltando-se ao que lhe fora apresentado durante 15 anos de poder de Vargas – especialmente através de leis trabalhistas e sindicalismo. Para Biroli (2004, p. 92), “isso significava não uma escolha consciente ou uma aprovação em algum nível dos eleitores, mas uma incapacidade de escolha de eleitores iletrados e/ou iludidos”. Ferreira (2011, p. 317) pontua que os conservadores se voltavam às Forças Armadas pedindo um “saneamento” da política, o que se poderia traduzir, ao fim, como “destituir os trabalhadores de seus direitos políticos”¹⁰.

5 Nascido em Diamantina (MG), em 12 de setembro de 1902, ingressou no seminário diocesano em 1914, abandonando-o depois. Trabalhou como telegrafista de 1919 até 1927, quando se formou pela Faculdade de Medicina de Belo Horizonte. Trabalhou na Clínica Cirúrgica da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte (MG) e no Hospital Militar da Força Pública do estado de Minas Gerais. Em 1933, tornou-se chefe do Gabinete Civil do interventor federal Benedito Valadares. No ano seguinte, filiou-se ao Partido Progressista de Minas Gerais (PP) pelo qual concorreu e foi eleito deputado federal. Após o golpe do Estado Novo, voltou a se dedicar à medicina, até assumir como prefeito de Belo Horizonte em 1940, permanecendo até 1945. No ano seguinte, toma posse como deputado federal. Em 1950, é eleito governador de Minas Gerais. Eleito presidente em 1955, assume no ano seguinte. Ficou conhecido por seu Plano de Metas na economia e pela inauguração de Brasília, em 1960. Em 1961, elegeu-se senador por Goiás. Planejava voltar à presidência em 1965, mas o golpe militar interrompeu seus planos. Foi cassado, teve seus direitos políticos suspensos por dez anos e exilou-se na Europa, voltando ao país definitivamente em 1967 e abandonando a política no ano seguinte, passando a se dedicar a atividades empresariais. Foi membro da Academia Mineira de Letras. Casado com Sarah Gomes de Lemos Kubitschek, faleceu em 22 de agosto de 1976, vítima de um acidente automobilístico (CPDOC, 2023b).

6 Nascido em São Borja (RS) em 1º de março de 1919, formou-se em direito em 1939 mas preferiu dedicar-se à agropecuária. Entrou na política por intermédio de Getúlio Vargas, após o fim do Estado Novo, elegendendo-se deputado estadual em 1947 pelo PTB. Em 1950, foi eleito deputado federal. Três anos depois, foi nomeado ministro do Trabalho por Vargas. Elegeu-se vice-presidente em 1955 e 1960, assumindo a presidência com a renúncia de Jânio Quadros em 1961. Os ministros militares não aceitaram a posse de Jango e a solução foi a adoção do parlamentarismo que, no entanto, seria derrotado em plebiscito de 1963. No ano seguinte, foi deposto pelo golpe militar, exilando-se no Uruguai. Em 1968, abandonou a política. Faleceu em dezembro de 1976 em Mercedes, na Argentina, sem ter retornado ao Brasil (CPDOC, 2023a).

7 Os eleitos serão referenciados por seus apelidos, JK e Jango, respectivamente.

8 Integrante da UDN.

9 Na disputa da vice-presidência, Jango fez cerca de três milhões e seiscentos mil votos, aproximadamente duzentos mil a mais do que Milton Campos (COUTINHO, 2022). A eleição ainda foi marcada pela grande abstenção, de 40%, que pode em parte ser explicada pelo cadastro eleitoral não atualizado (CARLONI, 2010).

10 Nesse sentido, Carloni (2012) indica que entre a maioria dos oficiais de alta patente da Marinha e da Aeronáutica corria a ideia de uma “intervenção saneadora”, enquanto que oficiais do Exército e praças das três Forças estavam mais voltados à legalidade constitucional.

O pensamento que grassava entre as elites da época era o “desprezo pela política em seus elementos de confronto e luta, acompanhado de uma difundida descrença nos processos eleitorais e na capacidade de discernimento da população em geral”, explica Biroli (2004, p. 89). Indo além, isso significaria que “o Brasil encontrava-se em estágio civilizatório anterior àquele que seria característico das democracias” (BIROLI, 2004, p. 93). Conforme Carloni (2010), citando a historiadora Ângela de Castro Gomes¹¹, a legislação trabalhista criada no Estado Novo era apontada pelos civis e militares conservadores da época como a culpada pela corrupção da classe operária e pelas suas escolhas políticas.

Interpretavam que a sociedade vivia uma inversão de valores onde a cidadania política tinha sido corrompida pela forma como o trabalhador alcançou a cidadania social através de um ditador, ou seja, sem gozar dos direitos políticos. Desta maneira, os trabalhadores seriam manipulados e induzidos pelo Estado e seus representantes e não demonstravam nas urnas suas reais convicções políticas, pois estavam sob o domínio da emoção e não da razão. (CARLONI, 2010, p. 98)

A queda de Vargas seria o início de uma regeneração da democracia, mas da forma que se deu, em meio a comoção e sensibilidade, permitiu que os herdeiros políticos do ex-presidente se utilizassem da situação para manter-se no poder. O povo votaria pelo sentimento, não pela razão. Silvio Tendler, no documentário *Os anos JK – Uma trajetória política*, resume o problema em outras palavras: “Os votos de JK eram de ignorantes, mistificadores e comunistas. De qualquer forma, insuficientes, pois não representavam a maioria absoluta dos eleitores” (OS ANOS... 1981).

A liderança dos insurgentes coube a Carlos Lacerda. Tendo como porta-vozes o seu jornal *Tribuna da Imprensa* e *O Estado de São Paulo*¹², o jornalista, que já havia sido pivô da crise que levou à morte de Vargas, queria a dissolução do Legislativo e a constituição de um governo militar provisório (COHEN, 2007; BRANDI, 2022). Os principais dirigentes udenistas não condenaram a tática de Lacerda, e ainda formularam uma emenda constitucional para a instauração de um governo colegiado escolhido pelo Congresso (BRANDI, 2022). A UDN, porém, insistia em tentar uma vitória judicial. JK, enquanto buscava amearhar o apoio da opinião pública em favor da legalidade, acenava aos adversários com reforma das leis que causavam a contenda, procurando atingir também aos apoiadores do

11 GOMES, Ângela de Castro. **Cidadania e Direitos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

12 O jornalismo tomou, aqui, um discurso de atuação desinteressada, se não neutra. Para Biroli (2004), a ideia de vigilância sobre os poderes esconderia as efetivas condições de inserção dos jornais na sociedade: empresas capitalistas com interesses próprios. No dizer da autora (2004, p. 95), “deter para si uma função política sem fazer parte da política”. Ou seja, “caberia à imprensa um papel essencial, isto é, o de, por meio do *esclarecimento* e da *vigilância*, denunciar as limitações do processo democrático e, ao mesmo tempo, aprimorá-lo, completando-o – ainda que, em alguns momentos, isso tenha significado o recurso ao golpe” (BIROLI, 2004, p. 96).

golpe. A revista *O Cruzeiro* chegava a falar em “golpe legal”, pois os embates, fora o que pregava Lacerda, davam-se dentro das instituições vigentes, fazendo com que ambos os lados se pautassem pela *legalidade* – e trazendo um desafio aos “golpistas”, pois caso a Justiça Eleitoral não se pusesse ao lado deles, perderiam o argumento (EMBARAÇA-SE... 1955). Entre deputados e senadores, a maioria permanecia ao lado da manutenção do resultado das urnas.

No entanto, como destacou a *O Cruzeiro*, “o problema escapou à manipulação dos políticos e à decisão dos juízes. O problema é, hoje, uma questão militar” (BATALHA... 1955b). A disputa pela legalidade se repetia também dentro da caserna.

O conceito de legalidade constituiu-se em campo de disputa dentro das Forças Armadas e refletiu os interesses políticos dos grupos militares e civis envolvidos no debate. Nos quartéis, o debate assumiu dimensão singular, para os militares “profissionais” da linha do general Lott, a legalidade estava estritamente vinculada à defesa da Constituição, independentemente dos grupos políticos que estivessem no poder. Já para aqueles que identificavam as Forças Armadas como um “quarto poder” na República, a legalidade e a democracia deveriam estar compatíveis com um determinado projeto de nação. Para este grupo, a legalidade não era um estado alcançável apenas pelo cumprimento da lei constitucional. Ela e a própria democracia estavam relacionadas à condição moral e à racionalidade política do povo, que, desde o Estado Novo, se encontravam corrompidas pelos direitos trabalhistas. Portanto, a intervenção era justificável e necessária. (CARLONI, 2010, p. 97)

Em 1º de novembro a situação se agravou. No enterro do então chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), general Canrobert Pereira da Costa¹³, o coronel Jurandir de Bizarria Mamede discursou afirmando que seria uma “indiscutível mentira democrática” se houvesse “vitória da minoria”, ou seja, de JK e Jango (MALIN, 2020). Mamede vinha exercendo influência nos círculos político-militares através do grupo dos Coronéis que, em fevereiro de 1954, havia motivado a queda de Jango do Ministério do Trabalho (ROMPE-SE... 1955). A questão chegou até o general Henrique Teixeira Lott¹⁴, ministro da Guerra, que já havia

13 O próprio Canrobert era assumidamente golpista e já havia sido oposição a Vargas. No dia 5 de agosto de 1955, em discurso no Clube da Aeronáutica, em homenagem a um ano da morte do major Rubem Vaz, chamara as eleições, sob efeito dos acontecimentos de agosto de 1954, de “pseudolegalidade” e “mentira democrática” (DELGADO, 2006a), o que contrariou até a alguns udenistas (BRANDI, 2022).

14 Henrique Batista Duffles Teixeira Lott nasceu em Sítio (MG), hoje município de Antônio Carlos, no dia 16 de novembro de 1894. Seu pai era um pequeno industrial e sua mãe professora primária, de famílias de tradição militar. Sentou praça em 1911, participando, em 1914, das ações na Guerra do Contestado. Na Revolução de 1930, pôs-se contra o movimento por entender que os militares tinham o dever de proteger o poder constituído. No entanto, apoiou o movimento militar que destituiu Vargas do poder em 1945. Foi comandante e diretor de ensino da Escola de Estado-Maior. Quando Café Filho assumiu o poder, foi nomeado Ministro da Guerra. “Ex-instrutor e comandante de inúmeras unidades de ensino do Exército, conhecia boa parte da oficialidade e não teve dificuldades em remanejá-la nos diferentes postos, de modo a dificultar as atividades conspirativas em curso” (COUTINHO, 2022). Foi signatário de um documento conhecido como Manifesto dos Generais, divulgado em 18 de setembro de 1954, que tentava reconstruir historicamente a crise militar de agosto daquele ano, dizendo que as forças armadas haviam procurado manter a ordem e a Constituição, por isso propondo o afastamento de Vargas. Após o 11 de novembro de 1955, Lott continuou como ministro da

assinado um manifesto proibindo declarações políticas de militares do Exército. Lott fora uma das indicações mais difíceis do ministério de Café Filho, mas contou com a bênção do general Távora, ministro da Casa Militar. Segundo Távora, Lott era, entre outras coisas, “apolítico”¹⁵ – e dessa recomendação se arrependeria depois (MELO FILHO, 2007). Lott considerou o discurso de Mamede uma demonstração de indisciplina e julgou imprescindível a punição do coronel¹⁶ – o que, não acontecendo naquele momento, só poderia ser feito por seus superiores, o Presidente da República ou o Comandante Supremo das Forças Armadas, uma vez que o oficial lecionava na Escola Superior de Guerra (ESG), órgão ligado ao EMFA que, por sua vez, era subordinado à Presidência da República. Lott dirigiu-se ao novo comandante do EMFA, Gervásio Duncan, mas este considerou que Mamede havia se manifestado em nome de uma sociedade civil, o Clube Militar, e não como representante militar. Mais do que isso, julgou que a opinião expressa por Mamede era generalizada nas Forças Armadas, não devendo, portanto, ser punido. Mesma atitude adotou o almirante Ernesto Araújo, comandante da ESG e autoridade imediatamente superior a Mamede (ROMPE-SE... 1955). Lott via na falta de punição uma quebra da hierarquia e da disciplina dentro do Exército, o que poderia incentivar as divisões na caserna (FERREIRA, 2011).

Antes que pudesse dar sua opinião, Café Filho se afastou da presidência alegando estar doente, “embora algumas lideranças pessedistas¹⁷ [...] nunca tivessem acreditado na veracidade dessa doença que favorecia os golpistas” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 413). Ainda que pairasse a dúvida sobre o estado de saúde do presidente, Lott não duvidou que fosse real (CARLONI, 2012). Recolhido ao Hospital dos Servidores, em repouso completo por culpa de um espasmo cardíaco, Café Filho foi proibido pelos seus médicos de

Guerra de JK e recebeu de Jango uma espada de ouro no aniversário de um ano do movimento, representando sua dedicação à Constituição e à legalidade. Em 1960, concorreu e perdeu a eleição para presidente da República pelo PSD. No ano seguinte, já na reserva, chegou a ser preso pela Justiça Militar por declarar-se a favor da posse de Jango na presidência. Em 1964, defendeu a legalidade contra o golpe. Faleceu em 19 de maio de 1984, aos 89 anos, vítima de dois enfartes por conta de um edema pulmonar. A família solicitou ao Ministério da Guerra as honras militares mas teve seu pedido negado (CARLONI, 2010).

15 O apoliticismo militar era um dogma valorizado à época. Considerava-se que o soldado profissional deveria se manter longe da política, considerada algo menor e essencialmente corrupta, passível de intervenção militar caso chegasse a níveis inaceitáveis, para que a caserna restaurasse a pureza. Uma das ideias correntes na polêmica da eleição de 1955 era que os militares deveriam “purificar” a sociedade dos malfeitos populistas varguistas (CARLONI, 2010). Para um maior debate sobre esse assunto, conferir SODRÉ, Nelson Werneck.

Memórias de um soldado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

16 Havia precedentes. Anteriormente a esses acontecimentos, o general Euclides Zenóbio da Costa, último ministro da Guerra de Vargas e chefe da Inspeção Geral do Exército, assinou um documento divulgado na imprensa advertindo o Exército sobre uma minoria golpista. Café Filho pediu a punição do general por se manifestar sobre assuntos políticos. Lott concordou, mas solicitou também a demissão general Alcides Etchegoyen, inspetor da Artilharia de Costa e da Artilharia Antiaérea, que se havia pronunciado contra a posse de JK e Jango. Os dois foram punidos e perderam seus cargos (COUTINHO, 2022).

17 Integrantes do PSD.

saber da crise militar instalada¹⁸. Lott solicitou, então, ao EMFA a devolução de Mamede ao Exército, mas não foi atendido. A decisão ficou, portanto, para o presidente – que teria de decidir se desautorizava Lott ou Duncan. Pondo em xeque a autoridade de Lott, deixaria o país à beira de um golpe, podendo causar a mobilização de forças militares legalistas. Se descreditasse Duncan poderia causar ondas de protestos dentro das Forças Armadas.

Na tarde do dia 8, o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, assumiu. Apesar de ser do PSD, Luz era “sabidamente próximo do esquema udenista” (LAMARÃO, 2020), fazendo parte de uma ala dissidente do partido, contrária à candidatura de JK. Por isso, contou com o apoio da UDN. Tanto que manteve os ministros de Café Filho, incluindo Lott, que, àquela altura, ainda afirmava que naquele mesmo mês retornaria Café ao poder (LOTT... 1955, p. 1). Para JK e Jango, a presença de Luz era uma ameaça e a volta de Café uma segurança de que tomariam posse. “O atual Presidente é a ponte através da qual os candidatos ‘JJ’ poderão chegar ao governo. Fora desse caminho, as coisas se apresentam extremamente difíceis”¹⁹ afirmou, à época, a revista *O Cruzeiro* (ROMPE-SE... 1955).

O caso Mamede, porém, precisava ser resolvido e, nele, Luz viu uma oportunidade de afastar Lott. Chamou-o para uma audiência, no dia 10, mas deixou o general esperando por mais de duas horas e, quando o recebeu, afirmou que não iria punir Mamede. O objetivo era ferir a autoridade do ministro, humilhá-lo (FERREIRA, 2011) e forçar que Lott deixasse o cargo por vontade própria. Lott aceitou, e a transmissão de cargo para o novo ministro foi marcado para as 15h do dia 11 (MALIN, 2020). O governo Luz, porém, não resistiria até lá.

“Para mim, pessoalmente, o melhor era deixar o Ministério da Guerra, mas isso iria dar lugar com certeza a que pudessem desrespeitar a constituição”, afirma Lott para o documentário de Tandler (OS ANOS... 1981). Lott receberia apoio: o general Odílio Denis, comandante da Zona Militar Leste (atual I Exército), reuniu-se com outros generais e comunicou a Lott que estavam dispostos a abandonar seus cargos caso ele deixasse o ministério e que consideravam conveniente que o Exército também entrasse de prontidão. Para muitos generais, a ofensa de Luz não foi só a Lott, mas a todo comando (FERREIRA, 2011). O ministro da Guerra, porém, não concordou. À uma hora da madrugada do dia 11, no entanto, Lott telefonou para Denis avisando que estava disposto a agir. Chegara à conclusão

18 Se de fato Café passou ao largo da crise militar, há dúvidas. Carloni (2012), por exemplo, sinaliza que Café Filho tinha uma justificativa para não interferir no caso Mamede: anteriormente, quando Canrobert havia feito seu discurso, Lott não o punira com a justificativa de que o general havia se pronunciado em nome do Clube Militar, uma instituição civil, e não pelo Exército. Para Café, a situação era a mesma com Mamede.

19 A grafia da época foi atualizada nos trechos selecionados.

de que, além de militar, ocupava um cargo político e tinha a responsabilidade de evitar uma guerra civil (CARLONI, 2010). Junto dos generais que estavam reunidos, seguiu para o Ministério da Guerra, onde foram organizadas as operações militares. Às quatro da manhã, Luz tentou falar com Lott, que não o atendeu.

Duas horas depois, Lott enviou uma comunicação aos chefes dos estados-maiores dos principais comandos do país explicando sua posição, ganhando apoio das unidades do Exército. O palácio do Catete foi ocupado por 4 mil homens do Exército (4 MIL... 1955, p. 1) e os generais Fiúza de Castro e Alcides Etchegoyen, foram presos e levados ao Ministério da Guerra – e soltos dois dias depois. Com o Exército na rua, prendendo militares de alta patente favoráveis a Luz, o presidente perdeu força. O ministro da Guerra havia vencido no Rio de Janeiro.

A imprensa não passou incólume. As rádios, em vez de informar o que se passava na cidade, tocavam música tranquila. A *Tribuna da Imprensa*, jornal de Lacerda, foi ocupada e impedida de circular (CARLONI, 2012).

Por sugestão do vice-almirante Carlos Penna Botto, fundador da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA)²⁰, Carlos Luz decidiu tentar seguir para Santos e instalar o governo em território paulista, já que as tropas sediadas em São Paulo, sob o comando do general Tasso Tinoco, estavam favoráveis a ele e havia informações de que o governador Jânio Quadros estaria disposto a resistir e abrigar um governo temporário (LAMARÃO, 2022). Assim, às nove da manhã, o cruzador Tamandaré zarpuu levando a bordo militares e membros do ministério de Luz, entre eles Lacerda e Penna Botto.

Enquanto isso, Lott recebia no Ministério da Guerra os deputados José Maria Alkmin e Flores da Cunha, além do senador Nereu Ramos, para acertar a substituição de Luz. Às 11h, a Câmara passou a discutir moção apresentada pela coligação PSD-PTB – o PSD, reforça-se, era o partido de Luz – para declarar o presidente impedido e colocar o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, no cargo. Aprovada na Câmara, por 185 votos a 72, a resolução foi para o Senado onde também saiu vitoriosa, por 43 votos contra 8 (COUTINHO, 2022). Venceram os defensores da legalidade da eleição e apoiadores da posse de JK e Jango²¹ – como previra Juscelino em uma visita ao então presidente Café Filho: “Veja, Café, como as

20 Abertamente contrário à posse dos eleitos, Penna Botto usou a imprensa para atacar os vitoriosos. Quando soube das movimentações das tropas de Lott no dia 11, ordenou prontidão a todos os navios de guerra atracados no Rio, sendo nove destróieres e dois cruzadores, um deles o Tamandaré (LAMARÃO, 2022).

21 Lott, cabe destacar, não tinha interesse propriamente na posse de Jango e JK, inclusive tendo votado em Juarez Távora e sendo contrário ao apoio comunista aos eleitos (CARLONI, 2010).

coisas são engraçadas no Brasil: os bacharéis querem violar a Constituição e as leis do país para impedir minha posse e os militares é que não deixam” (EM CONFIANÇA... 1955). Estavam encerrados os três dias de Luz no poder. Às 18h30, o general Lott, como chefe do movimento vitorioso, empossou Nereu Ramos na presidência.

O Tamandaré, por sua vez, escapou de bombardeio da artilharia da costa e seguiu a viagem planejada. Para Ferreira (2011), o comandante da Artilharia da Costa desobedeceu as ordens de Lott para afundar o navio. No entanto, como a situação em São Paulo durante o dia 11 também se definiu em favor de Lott, Penna Botto sugeriu que o cruzador se encaminhasse para a base naval de Salvador, que permanecia fiel ao presidente deposto. Desta vez, Luz não concordou e ordenou a volta ao Rio (LAMARÃO, 2022). Um dos tripulantes do Tamandaré deu sua versão em livro. Julio de Sá Bierrenbach, na sua obra de memórias *1954-1964: Uma Década Política* (1996), diz que Luz se dirigiu a Penna Botto e afirmou que, uma vez empossado Nereu na presidência, era a ele que a Marinha devia obedecer, sendo mister retornar à capital. Bierrenbach, porém, faz um retrato bastante parcial dos acontecimentos, extremamente contrário a Lott e favorável a Luz. A chegada do Tamandaré ao Rio de Janeiro, por exemplo, é assim descrita por ele:

Na ensolarada manhã de domingo, 13, o navio regressou à Guanabara tangenciando o Forte de Copacabana, com a banda tocando *Cisne Branco*, a praia repleta e vários apartamentos de Copacabana apresentando lençóis brancos às janelas. Quando cruzamos a barra, vimos a Fortaleza de São João içar o sinal de bandeiras. “Salve a Marinha!” (BIERRENBACH, 1996, p. 47)

Com lençóis ou sem, na madrugada do dia 12 o Tamandaré mudou de rota, chegando ao distrito federal na manhã do dia 13.

No dia seguinte, Penna Botto foi exonerado do cargo de comandante-em-chefe da Esquadra. O novo presidente enviou o deputado pessedista Ovídio Abreu para, a bordo do cruzador, pedir a renúncia de Luz à presidência da Câmara, permitindo, em troca, que desembarcasse. Luz confirmou que pretendia renunciar, mas só o faria em terra. O novo governo temia que Luz, ao descer, tentasse alguma medida legal contra a decisão do Congresso, mas, ao assegurar que não era essa sua intenção, o ex-presidente pôde desembarcar (COUTINHO, 2022).

Ao fim, ninguém foi punido. Depois de sua deposição, Luz foi eleito mais uma vez deputado em 1958. Faleceu no Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1961. Café Filho, por sua vez, tentaria voltar ao poder, após melhorar de sua doença, mas foi impedido pelo Congresso, que ratificou o interino Nereu Ramos, garantiu a posse dos eleitos e manteve o estado de sítio

até a posse do novo governo. JK assumiu o poder em 31 de janeiro de 1956. O golpismo, mais tarde, triunfou – e Lacerda, ironicamente, foi banido da vida política pelos militares que apoiara (SCHÜLER, 2014).

Lott, de personagem principal da política nacional, passaria a esquecido. Não uma casualidade, pontua Ferreira na apresentação do livro de Carloni (2012): por ter defendido posições legalistas em 1955, 1961 e 1964, foi forçosamente tirado da história pelos militares golpistas; já para a esquerda, ele teria perdido valor ao ser derrotado por Jânio Quadros na eleição de 1960. A aproximação entre militares e partidos políticos nacionalistas e trabalhistas, um dos frutos dos acontecimentos de novembro de 1955, foi, nas palavras de Carloni (2012, p. 19), “estrangulada” no golpe Civil-Militar de 1964, sendo gradativamente apagada a imagem de um Exército ligado a trabalhadores, à democracia e à legalidade.

O movimento que retirou Luz do poder recebeu diferentes nomes ao longo do tempo: Golpe da Legalidade (DELGADO, 2006b), Novembrada (DELGADO, 2006a; FERREIRA, 2011), Movimento de 11 de novembro (KRILOW, 2019; LAMARÃO, 2020; RAMOS, 1960), contragolpe (BIROLI, 2003; CARLONI, 2010), golpe preventivo (CARVALHO, C., 2019; OS ANOS... 1981) ou Movimento de Retorno Aos Quadros Constitucionais Vigentes (RESENDE, 1955).

3. HISTÓRIA E JORNALISMO

O jornalista fala sobre o hoje aos seus contemporâneos, diz Jobim²² (*apud* KARAWEJCZYK, 2010), dando um panorama provisório enquanto o historiador busca a perenidade²³. A definição parece simples, mas há muito o que se discutir nela. Afinal, nesse caminho muitas vezes os trabalhos de ambos se encontram, cruzam, se sobrepõem. Barbosa (2007b) ecoa Jobim ao falar que a comunicação vê na história uma forma de acessar o passado e trazê-lo para o presente, recuperando nesse passado fontes inteligíveis, enquanto a história tem nos meios de comunicação ferramentas para compreender o contexto dos tempos idos.

Nem sempre, porém, essa é uma relação pacífica. Abreu e Lattman-Weltman (1994), por exemplo, dizem que as duas áreas não podem ser confundidas. No entanto, desenham uma visão simplista do trabalho do jornalista: para os autores, o historiador delimita o objeto, atua

22 JOBIM, Danton. *Espírito do jornalismo*. São Paulo: EDUSP/ComArte, 1992.

23 Rioux (1999) será mais ríspido nessa definição. Citando Henry Béraud, afirma que o jornalista escreve para o esquecimento e que a página do jornal é destinada ao lixo – o trabalho do jornalista seria atrair a atenção do leitor para a infinidade de acontecimentos diários.

com teoria e técnica, “enquanto o jornalismo trabalha com a prensa, manipula poucos fatos, reduzidas fontes e raramente faz recortes em seu objeto” (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 25-26). O jornalista, seguem, utiliza dados brutos sem poder criticar suas fontes e é, ao mesmo tempo, um participante, produtor e divulgador do acontecimento – sem, porém, saber como ele termina. Passadas quase três décadas da publicação do texto, essa percepção reducionista soa datada, como veremos adiante.

Já Ribeiro (1999, p. 5) vai definir que o jornalismo é, em um primeiro momento, “a negação do passado e da memória”. Os repórteres falam a seus contemporâneos em um tempo sincronizado e não aos leitores futuros, ela dirá²⁴. “Os jornais são feitos para os leitores e os anunciantes, não para os historiadores. Sua âncora é o tempo presente. Seu eixo articulador é o atual, o novo”, completa Ribeiro (1999, p. 5-6). Outras diferenças se encontrariam: a história contaria com uma narrativa profunda, enquanto o jornalismo é superficial; a história incluiria os acontecimentos em uma cronologia, já o jornalismo não estabeleceria relações; a história explicaria o presente e o passado para possibilitar um futuro e o jornalismo tendo o passado e o futuro como virtuais, sem atualizações; a história é um processo, a atualidade um recomeço a cada dia. Apesar desses poréns, a autora afirma que os vínculos entre história e jornalismo são estreitos. Os meios de comunicação mediam as relações dos sujeitos com as transformações de seu mundo, dando sentido a processos históricos. “A mensagem jornalística, enquanto registro da realidade, assume, assim, uma certa ‘aura’ e acaba por impor aos próprios historiadores um modo de recordação do passado” (RIBEIRO, 1999, p. 6). Os jornais, complementa a autora, registram e constroem memória – e sabem disso. A formalização e o registro da memória social seriam algo como um efeito colateral extremamente importante do trabalho das mídias. Essa visão mais positiva do trabalho jornalístico seguiria em trabalhos posteriores da autora.

Até os anos 1970, alerta De Luca (2014), os jornais e revistas não eram considerados para se fazer uma história do Brasil. Havia, sim, uma história *da* imprensa, mas não *através* da imprensa. Até então, considerava-se que o jornal era um documento suspeito: enquanto a história perseguia a verdade, acessível a partir de fontes objetivas, neutras, fidedignas, críveis e distanciadas de seu tempo, os periódicos tinham registros fragmentários do presente, parciais, distorcidos e subjetivos, feitos sob compromissos e paixões. Era um embate entre pureza e interesses. A partir da década de 1930, entretanto, a Escola dos Annales questionaria

24 Em seu texto com Barbosa (2011), Ribeiro revê essa afirmação, garantindo que o jornalista escreve para leitores do presente e do futuro, incluindo os que, posteriormente, procurarão informações sobre um passado.

essa visão e, junto de uma renovação do marxismo, proporia uma abertura dos estudos históricos a novas frentes, como a História cultural. As pesquisas sobre semiótica contribuíram para essa mudança ao inquirir o próprio discurso, interessando-se menos pelo que diz do que pelo modo como diz. Assim, a imprensa foi reabilitada – ou *enfim habilitada* – no estudo da História, mesmo que tenha demorado algumas décadas a esse retorno chegar ao Brasil.

Barbosa (2012) destaca que são pelos atos de comunicação que temos contato com a história. Para ela, pode-se acessar o passado pelos rastros comunicacionais produzidos que permaneceram no tempo – sejam documentos, falas, manuscritos, etc., ou os meios de comunicação. Barbosa e Ribeiro (2011) afirmam que, por isso, em última instância pode-se considerar a história como uma relação comunicacional. Desse modo, o jornalismo também pode ganhar o status de produtor de discursos históricos. Escreve-se (e fotografa-se, e diz-se, e filma-se) a história tanto nas narrativas cotidianas quanto pelos profissionais que refletem sobre eventos passados. “Considerando que as textualidades [...] são produtos históricos de uma época, aquilo que os meios de comunicação anunciam como discursividade está sempre entranhado de história”, complementa Barbosa (2012, p. 23).

É preciso ter em mente que o jornal é uma força política, utilizada e temida pelos governos e poderosos – o produto que a empresa jornalística coloca no mercado, aponta Capelato (1988, p. 18), é uma “mercadoria política”. Barbosa (2007a), referindo-se a Bordieu²⁵, destaca que as relações do jornalismo com o poder vão além das explícitas com o Estado e com grupos que detêm o comando político. “As relações de comunicação são relações de poder e a língua como sistema simbólico é instrumento de conhecimento e construção do mundo, sendo suporte de poder absoluto, na medida em que através dela se codifica o mundo social” (BARBOSA, 2007a, p. 153). As empresas jornalísticas, além disso, atuam em função do lucro, pois, ainda que a informação seja um direito público, o jornalismo é, em geral, exercido no setor privado. Não que se restrinja a isso: para Capelato (1988), a imprensa seria algo como uma intermediária entre os cidadãos e o governo. “Segundo a tradição liberal, os governantes devem tornar públicos seus atos e tomar conhecimento dos anseios dos governados. A imprensa é o canal entre ambos” (CAPELATO, 1988, p. 18). Nesse sentido, a revista *Manchete* foi um espaço privilegiado para os vitoriosos do

25 BORDIEU, Pierre. **Ce que parler veut dire**: l'économie des échanges linguistiques. Paris: Fayard, 1982 e BORDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

contragolpe²⁶, dando espaço amplo para o Marechal Henrique Teixeira Lott e mantendo-se, assim, próxima de JK (PANIAGO, 2008).

A imprensa já nasceu política no Brasil. Aquela que se forma no Rio de Janeiro após o fim da censura prévia, em 1821, era ideológica, militante e panfletária, essencialmente opinativa e, assim, um dos principais instrumentos de luta política. Os jornais, que eram muitos, tinham uma linguagem agressiva e, em sua maioria, estruturas bastante artesanais. No final do século XIX, começam a surgir as empresas jornalísticas mais complexas. Importaram-se maquinário e padrões editoriais estrangeiros, melhorando a qualidade gráfica e publicando folhetins, caricaturas e grandes ilustrações. Os jornais de uma pessoa só, de iniciativa individual, se tornarão inviáveis devido ao aumento dos custos, o que fará o número de publicações diminuir consideravelmente nos últimos anos dos oitocentos. Sobreviveram os que tinham se transformado em empresas capitalistas, o que não significa que deixaram de ser essencialmente políticos. Isso porque também eles sofriam com os altos investimentos necessários. A publicidade ainda era pouca, as vendas avulsas e assinaturas não serviam para manter as gráficas funcionando. Eram necessárias, assim, as verbas oficiais ou o apoio de algum grupo privado. E, dessa forma, mantinham a influência para fazer e desfazer governos, promover ou perseguir políticos, permanecendo as trocas de favores, matérias pagas, calúnias e chantagens (RIBEIRO, 2000). A década aqui estudada é justamente a desta mudança, convivendo, assim, as lógicas da empresa e da política, sendo que, como pontua Ribeiro (2000), os jornais jamais deixaram de ter um papel nitidamente político e os governos também sempre mantiveram um favorecimento à imprensa. Foi, também, uma época prolífica em revistas ilustradas (RIBEIRO, 2000).

Na década de 1950, irá se firmar um discurso de objetividade e imparcialidade no jornalismo, um processo que Ribeiro (2000) afirma ser de autonomização da imprensa em relação à política e literatura que até então a dominavam. Não que esse discurso seja novo: como estratégia de legitimação, já era adotado desde a primeira década do século passado por algumas folhas, não sendo assim uma novidade da década de 1950 (RIBEIRO, 2000; BARBOSA, 2007a). Ribeiro (2000, p. 29), porém, afirma que

Foi somente na década de 50 – e de forma alguma antes – que as ideias de neutralidade e imparcialidade se formalizaram (através de manuais de redação) e passaram a reger e a guiar como regra básica a prática profissional dos jornalistas.

²⁶ Dentre os vários nomes que o episódio de 11 de novembro de 1955 recebeu, optamos por este por ver no movimento um golpe, ao criar métodos de retirar um presidente legalmente empossado, mas que ocorreu para evitar outro golpe, que impediria a posse dos eleitos.

Foi apenas na década de 50 que a objetividade ganhou forma de técnica e o *lead* passou a ser a fórmula hegemônica de abertura dos textos informativos. Foi nos anos 50, e não antes, que sobre o seu mito se construiu toda uma deontologia, todo um ideário que justificava, legitimava e dava sentido ao jornalismo.

Devemos, porém, falar aqui em um processo de profissionalização mais do que autonomização, como destaca Barbosa (2007a). O jornalismo, enfim, permanece político porque se constrói como elo entre a voz pública e a classe política e permanece literário pois apela às sensações e valores emocionais para se aproximar do público.

No *Manual da Redação da Folha de São Paulo* de 2001 (*apud* MENESES, 2012), lê-se que a notícia é o puro registro dos fatos, sem opinião. Segundo essa ideia, se o jornalista se pautar por certos procedimentos poderá relatar o dado real, ou seja, se limitar a apresentar os fatos ao leitor. Haveria uma objetividade que funcionaria como um “porto-seguro da informação” (MENESES, 2012, p. 46), legitimando o trabalho jornalístico. Nas palavras de Meneses (2012, p. 50), é “como se fosse possível a formulação de uma ‘ideologia jornalística’ compreendida como um lugar acima de todas as outras ideologias, uma espécie de campo livre das influências sociais e políticas”. Isso, destaca Barbosa (2007a), também representa poder, pois ao divulgar que espelha o mundo, a imprensa ganha audiência, e audiência é poder. Além disso, a autora lembra que esse também é um movimento de valorização da profissão e do papel na sociedade dos jornalistas, uma imagem criada e disseminada pelos próprios.

Mesmo impossível, a objetividade trouxe importantes inovações ao jornalismo brasileiro, como destaca Ribeiro (2006). Tornava-o mais respeitável, por distanciá-lo das disputas políticas. Dava credibilidade e dignidade ao jornalista, afastando-o do amadorismo e das práticas de corrupção e clientelismo que dominavam a atividade. Ao mesmo tempo, as novas técnicas de trabalho exigiam maior dedicação dos repórteres, redatores e editores, aumentando o senso de ética da profissão ao demandar maior rigor na apuração dos fatos e na escrita dos textos.

O processo de implantação do jornalismo moderno não ocorreu, porém, de forma homogênea e harmônica. Foi contraditório e ambíguo, perpassando por conflitos e disputas entre os empresários e os profissionais. Além disso, a incorporação do modelo norte-americano encontrou limites na configuração histórico-cultural da sociedade brasileira e na estrutura das empresas de comunicação. Seu ideário e suas regras de conduta, quando importados, tiveram de ser totalmente redefinidos e ressemantizados. A imprensa dos Estados Unidos serviu como um modelo, um referencial, para a do Brasil, mas esta – apesar das reformas – continuou a se pautar por uma lógica diferente daquela. Os mesmos procedimentos e ideais serviam aqui para fazer outras coisas. Em certa medida, funcionaram como um *álibi*, como um mecanismo para legitimar – num novo contexto – o exercício de velhas práticas. (RIBEIRO, 2006, p. 434-435)

Para Ribeiro (2006), a década de 1950 foi de prenúncio das mudanças que viriam nos anos 1960 e 1970. Para ela, esse período foi “um marco na história da imprensa brasileira (2006, p. 427). Mudava-se não somente a forma de gestão das empresas como também novos procedimentos técnicos entravam no mundo jornalístico: lide²⁷, pirâmide invertida²⁸, copidesque²⁹, manual de estilo, etc. Os gêneros informativos (notas, notícias e reportagens) ganharam impessoalidade e distanciamento. Os espaços opinativos ou ficcionais não desapareceram, porém. Conforme Ribeiro (2006), até foram revalorizados. Crônicas e colunas assinadas, por exemplo, ganharam definitivamente o *status* de gêneros jornalísticos. Passaram, no entanto, a aparecer claramente separadas, editorial e graficamente, dos espaços informativos “imparciais”.

As mudanças eram, também, visuais. Os jornais buscaram nas revistas elementos como subtítulos, entretítulos e boxes (RIBEIRO, 2000). As associações entre imagens e textos e imagens entre si enriqueceram o jornalismo (RIBEIRO, 2006). Os jornalistas também estavam em transformação. O jornalismo passava a ser uma profissão em si, deixando de ser ocupação provisória de literatos e políticos. Houve um processo de valorização da profissão com aumentos salariais, criação de faculdades de jornalismo, regulamentação da ocupação, construção de espaços sindicais e associativos e formulação de elementos éticos e deontológicos (compromisso com a objetividade, responsabilidade social e defesa da liberdade de imprensa, por exemplo) (RIBEIRO, 2006). O decênio seria marcado também pelo surgimento de várias novas publicações. É importante ressaltar que esta é uma análise do jornalismo feito naqueles tempos, um estudo da imprensa do passado.

O jornalismo, enfim, não se restringe a dizer o que deve ser lembrado, mas também qual a hierarquia dessas informações. A disposição das notícias em uma página ou dos dados dentro de um texto, por exemplo, são direcionamentos do acesso do leitor. A divulgação das notícias, aliás, também funciona como um atestado de fidedignidade, já que o jornal empresta seu prestígio às informações, dando a elas ares de veracidade.

Ainda que, portanto, não se possa falar em uma imprensa imparcial ou neutra, ela não é uma fonte suspeita que se possa desprezar (CAPELATO, 1988), mas que deve ser lida com uma crítica interna. Como alerta Espig (1998), a imprensa não informa, simplesmente, a história, nem o trabalho do pesquisador se resume a retirar dados de suas páginas. A

²⁷ Lide ou *lead*, em inglês, é a abertura do texto, na qual devem ser informados as perguntas básicas da notícia: quem?, fez o quê?, quando?, onde?, como? e por quê?.

²⁸ Texto noticioso estruturado segundo uma ordem decrescente de interesse e relevância das informações.

²⁹ Grupo de redatores responsável por revisar os textos e adequá-los às normas do jornal.

imprensa, assim, é uma representação possível do real, sob influência de filtros deformadores aos quais o historiador deve estar atento (ESPIG, 1998).

Ler as páginas de revistas e jornais e analisá-las é ler as pessoas que ali trabalharam. Suas ideias, suas concepções de mundo, a sua visão sobre os acontecimentos. Barbosa (2012, p. 20), em outras palavras, diz que “a história que revelamos diz respeito à ação humana, muito mais do que as tentativas de desvendar a forma ou o conteúdo dos meios de comunicação”. Não basta, porém, ater-se às frias letras do papel e esquecer o contexto em que foram produzidas. Barbosa (2012) propõe que uma história da comunicação deve ser a história de seus processos e práticas, que assim desvendem o circuito da comunicação – “escavar os meandros dos textos”, ela dirá (BARBOSA, 2012, p. 23). Para Krilow (2019, p. 14), o historiador deve entender o texto jornalístico como um discurso sobre o social e, assim, “identificar quais elementos, conceitos, ideias são mobilizadas, que visões de mundo podem ser identificadas, o que tal discurso pode dizer sobre a sociedade em que foi produzido”. Importam, aqui, não só conteúdo e produtor, mas também o leitor: como foi a sua apropriação daquilo que leu e viu. Esse entendimento nem sempre é fácil ou mesmo possível de se fazer, mas, segundo Espig (1998), há uma certa comunhão entre as representações do jornal e as do imaginário social da época. Ou seja, o leitor é influenciado pelos veículos de prestígio em sua sociedade, sem, porém, absorver tudo que lhe é passado. Ainda pensando no papel do público, Elmir (2012) diz que definir o leitor empírico de um jornal é difícil, especialmente nesta época estudada, em que a segmentação da mídia ainda iniciava. O autor ainda afirma que o historiador não pode se identificar com o texto, quer dizer, assumir o papel de alvo dele. É preciso, nas palavras de Elmir (2012, p. 78), “manter a suspeição”. Deve-se manter um movimento quase paradoxal, em que o pesquisador é empurrado, ao mesmo tempo, para fora e para dentro do texto. “O jornal é um documento traiçoeiro para o historiador”, resume Elmir (2012, p. 77).

Capelato, em seu *Imprensa e história do Brasil* (1988), afirma que é preciso um método rigoroso para estudar a história através da imprensa para não repetir ao leitor aquilo que o jornal conta. A autora traçou algumas considerações sobre como questionar o documento jornalístico, iniciando com perguntas como “quem são seus proprietários? a quem se dirige? com que objetivos e quais os recursos utilizados na batalha pela conquista dos corações e mentes?” (CAPELATO, 1988, p. 14). É preciso entender a imprensa como agente da história e destacar seus produtores como cientes de sua prática social. No entanto, um jornal é feito de

diferentes pessoas e nem sempre a “opinião” da publicação é a mesma dos seus jornalistas, possuindo uma pluralidade de opiniões dentro de uma mesma redação (LAPUENTE, 2016).

Krilow (2019)³⁰ propõe uma metodologia para o uso da imprensa no estudo histórico, voltada para jornal mas que pode ser adaptada para as revistas. Inicia-se com a preparação pré-textual, em 14 etapas: a) pesquisa bibliográfica, b) localizar as publicações na história da imprensa, c) considerar o contexto histórico em que os impressos estão inseridos, d) identificar a linha editorial do jornal e/ou seu histórico de tomadas de posições passadas, e) observar a periodicidade da publicação, f) identificar o(s) proprietário(s) do jornal, g) fazer um mapeamento dos seus principais jornalistas, h) estabelecer quais os vínculos ou compromissos externos com grupos políticos e econômicos e instituições públicas e privadas, i) mapear as principais fontes de receitas dos periódicos, j) identificar o público preferencial do jornal, k) entender a organização de conteúdos no interior do periódico, l) caracterizar o material iconográfico presente, m) atentar para as características de ordem material e n) elementos do lugar de fala, da legitimidade dos periódicos e a situação de fala.

Para analisar as matérias, a autora indica que é preciso identificar o tipo de publicação (editorial, notícia, reportagem, etc.), assunto – definição geoespacial (local, regional, nacional, internacional) e temática (política, economia, etc.) – , iconografia e publicidade (produto, empresa e tamanho e localização do anúncio). Além disso, é importante analisar tamanho e disposição das matérias na página, pois “o tamanho dos textos, imagens etc., evidenciam o espaço que o tema recebeu no jornal, já a localização indica a hierarquia dos textos” (KRILLOW, 2019, p. 12). Nem sempre é possível obter todas essas informações e mesmo esse mapeamento não é suficiente, pois não esgota a investigação.

3.1 A REVISTA

Temos usado “imprensa” e “jornal” como sinônimos, mas cabe fazer uma diferenciação, especialmente por este trabalho dar-se com uma revista. Adotamos o esquema traçado por De Luca (2014), que define jornal como a publicação diária em folhas separadas e revista a de periodicidade mais espaçada, enfeixada por uma capa e de maior diversidade temática – o que, como a própria autora sinaliza, não esgota a questão. “A distinção conceitual entre revista e jornal não é muito clara na historiografia da imprensa brasileira”, alerta Paniago (2008, p. 223). Para o autor, as revistas estão a meio caminho entre a perenidade do livro e a efemeridade do jornal.

30 Metodologias semelhantes já haviam sido defendidas por Zicman (1985) e De Luca (2014).

Martins (2001) afirma que o que diferencia o jornal da revista muitas vezes é a presença de capa nestas. Ou, simplesmente, a própria definição que a publicação faz de si mesma. Não raro as revistas, em nossa história, ganharam o subtítulo “jornal”. Aquele considerado o primeiro jornal brasileiro, *Correio Brasiliense*, de Hipólito da Costa, tinha formato mais próximo do livro do que o que hoje consideramos jornal, além de ter uma periodicidade mensal. Cabe fazer uma referência ao subtítulo da publicação: *Armazém Literário*. “Armazém” é um sinônimo de “magazine”, enquanto loja ou lugar onde se encontram mercadorias diversas. Mas magazine é, também, conforme o Houaiss (2009), uma revista que trata de vários assuntos. Já revista veio do inglês *review*, “publicação periódica dedicada principalmente a críticas e ensaios” (HOUAISS, 2009, p. 1664). O caminho contrário também acontecia: revistas em formato de jornal, com folhas soltas, in-fólio. Considerava-se que a revista fosse um material mais valorizado que o jornal, como se houvesse uma superioridade nessa relação (MARTINS, 2001). Apostava-se, portanto, no nome revista para destacar e engrandecer a publicação.

É no século XIX, na Europa, que a publicação de revistas ganhará força. O avanço das técnicas gráficas, aumento da população leitora e o alto custo dos livros fizeram com que esse tipo de publicação virasse moda. As figuras e os vários temas abordados numa só edição as diferenciavam dos livros e atraíam o público (MARTINS, 2001). Nessa época, o jornal foi se encaminhando para uma veiculação diária, devido a seu propósito de informação imediata, e a revista, mais aprofundada, voltou-se para periodicidades mais espaçadas. Mas o grande destaque, segue Martins (2001), foi mesmo a ilustração. Não que fosse exclusividade das revistas, mas, adotado por estas, acabaram “transformadas em objetos atraentes, acessíveis até mesmo ao público menos afeito à leitura, se não à população analfabeta” (MARTINS, 2001, p. 40). Para a autora, as publicações ilustradas tiveram um forte impacto em um momento em que “a fruição da imagem era prazer de poucos” (MARTINS, 2001, p. 41). Obras de arte estavam nas casas de ricos ou dentro dos caros livros. De fato, as técnicas de ilustração muito se desenvolveram até o final daquele século por culpa das revistas.

No Brasil isso demoraria um pouco mais, especialmente pelo parco parque gráfico nacional. Tanto que as primeiras experiências com revistas viriam de fora do país³¹. Lançada em 1836, *Niterói, Revista Brasiliense, Ciências, Letras e Artes*, tida como a primeira brasileira do tipo, era publicada em Paris e pouco circulou por aqui, confirmando “a

31 Mira (2003), porém, aponta a existência de duas revistas no Brasil anteriormente: *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, publicada em Salvador em 1812 e *Revista Brasileira das sciencias, artes e industrias*.

precariedade cultural brasileira³², onde as gráficas eram poucas, os pontos de vendas inexistentes e o público leitor diminuto” (MARTINS, 2001, p. 51). Até então, segue a autora, as revistas não tinham caráter mercantil, mas de local de reflexões. Mais que isso, revista era associada à publicação literária³³. Martins (2008), porém, vai indicar que são as revistas de caricaturas de humor que mais se popularizaram.

Mira (2003) destaca a criação da *Museu Universal*, em 1837, como precursora das revistas modernas. Valendo-se de ilustrações, texto leve e acessível, misturando preocupações culturais e artísticas com entretenimento, buscava emular no Brasil os magazines europeias. Para a autora, estas refletiam o momento mundial, em que as distâncias diminuía e as nações se integravam, ao menos potencialmente, fruto do trem e do telégrafo, à semelhança das Exposições Universais da época. *Museu Universal* teria, assim, precocemente espelhado essas publicações que ainda nasciam na Europa e influenciariam a imprensa brasileira.

De Luca (2014) afirma que o gênero se individualizou aos poucos de outros periódicos e que o país, a partir do início do século XX, viveria um “surto” das revistas ilustradas ou de variedades.

Com apresentação cuidadosa, de leitura fácil e agradável, diagramação que reservava amplo espaço para as imagens e conteúdo diversificado, que poderia incluir acontecimentos sociais, crônicas, poesias, fatos curiosos do país e do mundo, instantâneos da vida urbana, humor, conselhos médicos, moda e regras de etiqueta, notas policiais, jogos, charadas e literatura para crianças, tais publicações forneciam um lauto cardápio que procurava agradar a diferentes leitores, justificando o termo variedades. Pode-se supor que tal uso cumpria função estratégica: diante do relativamente míngua público leitor/consumidor, o sucesso do negócio revista dependia de se conseguir ampliar ao máximo os possíveis interessados, daí o recurso a uma rubrica ampla. (DE LUCA, 2014, p. 121)

Velloso (2006), por sua vez, apontará na Primeira República (1889-1930) o início da moderna comunicação de massa, período em que as revistas tiveram um papel estratégico e de grande impacto social. Surgem, nessa época, as primeiras revistas semanais de grande tiragem, o que modifica o processo de transmissão da informação e, por conseguinte, a formação de uma opinião pública. Também neste momento, intelectuais verão nas revistas um espaço estratégico de veiculação de suas ideias, possibilitando a articulação de projetos político-culturais, e irão se integrar no mercado editorial, muitas vezes se tornando proprietários de revistas ou ocupando espaços influentes em sua direção editorial. Para Velloso (2006), haveria uma ligação entre elites empresariais e intelectuais que deixaria claro o papel

32 Consideramos que aqui deveria se falar em “cultura letrada” e não “cultura” como um todo, mas a discussão ultrapassa os objetivos deste trabalho.

33 Sodré (1999) afirma que houve uma caracterização do jornal como “imprensa” e revistas como literárias, ainda que também houvesse espaço para outros tipos de materiais nelas.

estratégico exercido pelas revistas na vida cultural brasileira. É um momento de ampliação do circuito de comunicação intelectual, que une revistas, propaganda, caricatura e experimentos poéticos no que antes era restrito a academias, salões e júris. É nesta época que surgirá *O Cruzeiro* (1928), revista que renovou o gênero³⁴ e lideraria o mercado por décadas, inclusive nos dias que este estudo contempla³⁵. Seria, assim, uma influência para *Manchete*, que só nasceria quase duas décadas e meia depois, em um período de transformações: nos anos 1950, assim como no decênio seguinte, as revistas que se destacaram na primeira metade do século desapareceriam, dando lugar a publicações mais especializadas (MIRA, 2003). Uma nova mudança no segmento, por exemplo, viria mais tarde, com as revistas semanais de informação, como a *Veja* (1968).

4. MANCHETE

Talvez por se dar ainda no início da década, a impessoalidade nascente na imprensa carioca não se fez presente no surgimento de *Manchete*. Pelo contrário, ela deve a sua existência à obstinação de uma pessoa. Adolpho Bloch precisou contrariar até mesmo seus irmãos para prosseguir com o sonho de levar à gráfica uma revista para competir com *O Cruzeiro*. Para ele, não importava que ela desse prejuízo nos dois primeiros anos – ou mais –, mas que se tornasse a melhor revista do Brasil e que as fotografias fossem boas, para que não os achassem maus impressores (LOUZADA, 2004).

Gráficos judeus de origem russa, os Bloch haviam chegado no Brasil fugindo da revolução comunista. Com uma impressora usada, fundam a Gráficos Bloch, que imprime cartazes, folhetos, embalagens e revistas. Em 1951, um ano antes do surgimento de *Manchete*, o parque gráfico de sete andares instalado na rua Frei Caneca desde 1939 imprime mais de 30 revistas infantis, principalmente para a Rio Gráfica de Roberto Marinho e a Brasil-América de Adolpho Aizen. Getúlio Vargas, que naquele ano assumira o poder, baixou um decreto facilitando a importação de máquinas pelas gráficas e editoras, dando subsídios e retirando direitos alfandegários. O parque gráfico, que estava trabalhando no limite, passou a ter três dias de folga nas máquinas: sábado, domingo e segunda-feira (LOUZADA, 2004; BLOCH, 2008). Surgiu, então, a oportunidade de imprimir o almanaque norte-americano *Reader's Digest*. Parecia uma solução perfeita, com dinheiro fácil e sem responsabilidades editoriais,

34 Para Mira (2003), é a *O Cruzeiro* que realizou a transição do jornalismo casado com a literatura para o empresarial.

35 Vale ressaltar que, em termos de circulação, as revistas mais vendidas eram as de quadrinhos, seguidas pelas de fotonovelas (MIRA, 2003).

mas Adolpho ponderou que, se era para imprimir uma revista, que fosse uma própria (BLOCH, 2008).

Era 26 de abril de 1952 quando o primeiro número de *Manchete* chegou às bancas, inspirada na francesa *Paris-Match* (PANIAGO, 2008). Herdou dos Bloch o zelo extremado pela qualidade gráfica, qualidade essa exaltada em seu primeiro editorial, escrito pelo diretor-responsável, Henrique Pongetti³⁶. O texto ainda afirmava que a rapidez dos acontecimentos exigia novas revistas e concluía: “Este é o grande, o sonhado momento dos fotógrafos e dos repórteres excitados para colher o instantâneo, o irrepetível. Depois virão os historiadores” (UM MOMENTO... 1952).

Nas primeiras décadas, foi a segunda maior revista brasileira, atrás somente de *O Cruzeiro* – chegou, brevemente, a tomar a primeira posição (VICK, 2019) –, contando com colaboradores como Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga, Manuel Bandeira, Paulo Mendes Campos, Fernando Sabino, Lygia Fagundes Telles, Ciro dos Anjos, Joel Silveira, Otto Maria Carpeaux, Antônio Callado e Nelson Rodrigues (CARVALHO, B., 2019; LOUZADA, 2004). Primeira revista brasileira publicada em ofsete, apostou fortemente na fotografia, tendo como colaborador o fotógrafo Jean Manzon³⁷, um dos responsáveis pelo sucesso de *O Cruzeiro* e contratado agências estrangeiras de fotografia para fornecimento de imagens.

Apesar de anunciar-se grandiosa, *Manchete* era limitada, especialmente se comparada com *O Cruzeiro*. A revista de Bloch tinha 32 páginas em preto e branco, quatro páginas de encarte central a quatro cores e quatro páginas a duas cores. A publicação de Chatô, por sua vez, nunca saía com menos de 118 páginas, podendo chegar a 162 e conter mais um caderno extra que, sozinho, poderia ter o mesmo número de páginas de *Manchete*. Para competir, portanto, era preciso apostar nas reportagens, fotos, caricaturas e grandes literatos. O

36 Chamado de “Príncipe dos cronistas brasileiros”, Henrique Feltrini Pongetti nasceu em Juiz de Fora (MG), em 18 de janeiro de 1898. Foi dramaturgo, cronista, roteirista de cinema e jornalista, escrevendo por anos na *Manchete* e n’*O Globo*, onde adotou o pseudônimo Jack. Faleceu no Rio de Janeiro em 9 de setembro de 1979 (MUSEU BRASILEIRO DE RÁDIO E TELEVISÃO, 2023).

37 Francês, Jean Manzon era repórter fotográfico das revistas *Paris Match* e *Paris Soir*. Durante a II Guerra Mundial, serviu no Serviço Fotográfico e Cinematográfico da Marinha francesa, documentando diversas batalhas. Foge para Londres, onde trabalha no Serviço Cinematográfico de Guerra inglês, onde o diretor, o brasileiro Alberto Cavalcanti, lhe sugere retornar a França via Brasil, país então neutro na guerra. Manzon veio e não quis mais ir embora. Consegue emprego no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) através de Lourival Fontes, homem forte de Vargas e diretor do DIP, criando o Departamento de Fotografia e Cinema. Chega em *O Cruzeiro* em 1943 para renovar a revista, dando destaque às fotografias, e deixa a publicação em 1951. Sua passagem pela *Manchete* foi curta, mas deu prestígio à revista ainda que sua contribuição não tenha sido nem próxima a que fizera em *O Cruzeiro*. Dedicou-se, em seguida, ao cinema, especializando-se em documentários comerciais e filmes institucionais (LOUZADA, 2004).

problema era a falta de dinheiro, o que abria espaço para que os escritores exercitassem mais o seu lado ficcionista que jornalista (LOUZADA, 2004).

Pongetti, o primeiro diretor, é substituído no número 24 por Hélio Fernandes que, conforme Louzada (2004), foi o responsável por transformar definitivamente a *Manchete* em uma revista de atualidades. Fernandes permanece até o número 84, em outubro de 1953, dando lugar a Néelson Apel de Quadros. Em julho de 1954, assume Otto Lara Resende³⁸, permanecendo até 1957. O diretor de redação que se seguiu a Resende, Nahum Sirotsky, exemplificou a dificuldade de se competir com *O Cruzeiro*: “nossa redação media, no total, menos do que uma sala de diretor da revista do Chatô. Só contando os fotógrafos, dispunham eles de três vezes mais gente do que eu de fotógrafos, redatores, paginadores e revisores. As suas equipes se deslocavam por todo o país e pelo mundo. Pareciam inesgotáveis os seus recursos. Além do mais, a revista era apoiada numa cadeia de jornais, rádios e emissoras de televisão” (LOUZADA, 2004).

Nos anos que se seguem a este estudo, *Manchete* cresceria aproveitando um vácuo na imprensa brasileira: falava-se pouco na nova capital. A revista, então, dedicou-se a contar a vida da nascente Brasília e isso resultou num aumento de tiragem e publicidade. Assim, nas palavras de Louzada (2004), tornar-se-ia a “chapa branca” do governo JK. “JK seria para *Manchete* o que Vargas fora para *O Cruzeiro*”, completa a autora. A relação entre Bloch e JK era de uma amizade próxima. O empresário foi um dos grandes incentivadores do governo do mineiro, a quem, desde 1952, já apontava como futuro presidente. O famoso *slogan* de JK, “50 anos em cinco”, inclusive, foi promovido por Bloch, retirado de um discurso de campanha do então candidato. A ligação com JK, porém, ficaria mais explícita após o novembro de 1955, apresentando e promovendo as propostas de desenvolvimento do presidente eleito (BRASIL, 2019). O apoio se manteria mesmo após o fim de seu governo, incluindo trocas de correspondências e auxílio financeiro de Bloch a JK. Já exilado após o

38 Nascido em 1º de maio de 1922 em São João del-Rey (MG), quarto de 20 irmãos. Começou a trabalhar com jornalismo cedo, ao colaborar com *O Diário*, de Belo Horizonte, que tinha seu pai como um dos dirigentes. Estudou na Faculdade de Ciências Sociais e Jurídicas, formando-se em 1945. Deixou a direção do suplemento literário da *Folha de Minas* e mudou-se para o Rio de Janeiro. Ali, fez parte do grupo conhecido como “Os quatro mineiros”, junto de Fernando Sabino, Hélio Pellegrino e Paulo Mendes Campos. Passou a escrever para o *Diário de Notícias*, *O Globo*, *Diário Carioca*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*. Colaborou, também, com a *Folha de São Paulo*, onde integrou o conselho editorial e assinou uma coluna diária. Foi adido cultural em Bruxelas, época em que deu aula na Universidade de Utrecht, na Holanda. Anos depois, seguiria no mundo acadêmico na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ). Foi advogado da Procuradoria do Distrito Federal, diretor do Banco Mineiro da Produção, diretor da Rede Globo de Televisão e imortal da Academia Brasileira de Letras. Morreu em 28 de dezembro de 1992, no Rio de Janeiro, de edema pulmonar (IMS, 2023; MEMÓRIA O GLOBO, 2023).

golpe de 1964, JK recebeu de Bloch o convite para publicar pela Editora Bloch as suas memórias, atividade a que se dedicou com afinco e resultou em um livro de boas vendas e grande tiragem, concluído em 1969 mas só lançado em 1974 (COHEN, 2007). O ex-presidente, no início da década de 1970, chegou mesmo a trabalhar em *Manchete*, escrevendo resenhas de livros. Levava consigo, inclusive, uma edição de *Ó, Jerusalém*, de Dominique Lapierre e Larry Collins, no carro em que se acidentou e faleceu, pois o resenharia para a edição seguinte. O seu enterro, em 1976, saiu da sede da *Manchete* (KROPF, 2022).

Mesmo com o apoio a JK e depois de ter flertado com Jango – dando, inclusive, grande destaque ao Comício das Reformas –, *Manchete* foi partidária do Golpe Civil-Militar de 1964. Dias após a tomada de poder dos militares, circulou uma edição especial da revista, sem número, trazendo os “heróis” da “Revolução”, e, nos anos seguintes, via-se um elogio fácil à Ditadura em suas páginas, “o que faria da revista, nos anos de chumbo, sinônimo de órgão informal de propaganda do regime, expansor de otimismo acrítico” (BLOCH, 2008, p. 251). Os anos 1960 marcarão ainda o ocaso da revista e do grupo de mídia de Chatô, destacando-se a morte do empresário em 4 de abril de 1968 e o fim de *O Cruzeiro* em 1975 (LOUZADA, 2004).

Se os Diários Associados chegaram ao fim, Bloch via seu projeto frutificar. Construiu o maior parque gráfico da América Latina no bairro da Penha, zona norte do Rio de Janeiro, produzindo mais de dez revistas e até mesmo fabricando o papel que utilizavam. Em 1983, é inaugurada a televisão do grupo, Rede Manchete, que transformaria a revista em “atividade de segunda linha” (BLOCH, 2008, p. 268), que passaria a dar destaque majoritariamente às produções da tevê – sem alavancar as tiragens, que caem progressivamente. Pressionado por dívidas, Bloch vendeu a Rede Manchete em 1992, mas retomou no ano seguinte pois o novo dono não honrara os débitos. No início dos anos 1990, a revista voltara às tiragens dos seus primeiros anos, menos de um terço da média que se estabeleceram entre as décadas de 1960 e início dos 1980. Entre os últimos suspiros da revista, o sucesso da edição especial sobre a morte de Ayrton Senna e a criação do *site* de *Manchete*, o primeiro de uma revista na internet (BLOCH, 2008). Em 19 de novembro de 1995, aos 87 anos, Adolpho Bloch morreu em São Paulo. A Rede Manchete foi novamente vendida em 1999 e a Bloch Editores entrou em concordata. Várias revistas da empresa deixaram de circular e a *Manchete* agonizava. Nem a diminuição do preço de capa a salvou. Em 1º de agosto de 2000, a Bloch Editores pede falência e a revista deixa de circular (LOUZADA, 2004). Esporadicamente, por outros editores, seria publicada até 2007 (CARVALHO, B., 2019). As edições da *Manchete* de 1952

a 2007 estão digitalizadas e disponibilizadas on-line na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

4.1 5 de novembro de 1955, nº 185

Mesmo antes dos dias de Luz no poder, *Manchete* já falava em golpe. Em uma matéria intitulada *Cartilha do golpe*, Joel Silveira dava lições através de experiências anteriores na América Latina. Na abertura, já se fazia uma relação com a situação que o Brasil vivia naquele momento. Em um primeiro trecho, diz-se que “convém destacar [a cartilha] nesta hora, quando o Brasil vive uma inquieta e perigosa fase pós-eleitoral” (SILVEIRA, 1955). “No instante em que, no Brasil, os descontentes com o resultado das últimas eleições engendram expedientes e fórmulas visando à anulação do pleito, é bom que se lhes diga que nessa matéria não estão sendo originais nem precursores”, complementa Silveira (1955). A 1ª lição também parecia direcionada aos brasileiros: “De como anular a vitória eleitoral dos adversários sob a alegação de que a mesma foi resultado da aliança de forças antinacionais e postas fora da lei” (SILVEIRA, 1955).

4.2 12 de novembro de 1955, nº 186

A primeira edição pós-11 de novembro ainda não traz maiores repercussões. Na capa, duas vedetes e nenhuma menção aos acontecimentos daqueles dias. Na sessão “Atualidades”, da página do editorial, um pequeno parágrafo, embaixo das fotos de Café Filho e Carlos Luz, fala da passagem de poder de um a outro. Sobre a instabilidade política, somente que o presidente convalescido estaria “à margem da séria crise política em que se debate o país”. O colunista de política, Pedro Gomes, não faz uma análise, mas antes apresenta algumas correntes defendidas por políticos. Abre espaço, porém, para as disputas internas da UDN: a ala antigolpista se anunciava contra o golpe mas também contra a “fraude”. E é só.

4.3 19 de novembro de 1955, nº 187

Passada mais uma semana, *Manchete* dá ampla cobertura ao contragolpe. O nº 187 trazia, já em sua capa, uma foto colorida do general Lott. No alto, à direita, um quadro avisava da “completa cobertura fotográfica dos acontecimentos político-militares da semana”. Sabendo-se da simpatia de Bloch por JK, não surpreende que o lado escolhido pela revista seja claramente o dos vencedores: Luz e Lacerda, por exemplo, estão praticamente apagados na edição. Mas é Lott que ganha os maiores destaques, entre eles a matéria principal, chamada

“Depoimento de Lott”, uma longa entrevista assinada por Otto Lara Resende e realizada em 15 de novembro.

Resende não poupa elogios ao general: “Esse homem sereno e firme, que nos parece falar sem a malícia própria do jogo de astúcias que é a política, esse homem que foi sempre e faz questão de afirmar que continua a ser apenas um soldado” (RESENDE, 1955) – reafirmando aqui a visão da pureza militar versus a corrupção política. As ações de Lott, garante o jornalista, visavam a preservação do regime constitucional, a defesa da segurança do povo e a união das Forças Armadas, evitando um golpe preparado com o conhecimento e participação do presidente interino Carlos Luz. A abertura da matéria segue esse caminho, chamando Lott de “tranquilo e seguro”, tendo sido “obrigado a desencadear, no país, em nome dos ideais republicanos, uma intervenção militar de longo alcance” (RESENDE, 1955).

Em cinco páginas, a extensa entrevista serve para que Lott revise os passos que dera desde o caso Mamede. Não é uma crise somente daqueles dias, destaca a introdução da entrevista. É uma sequência, destaca Resende e destacara Lott, do 24 de agosto de 1954, quando Getúlio Vargas tirara a própria vida. Lott apresenta os argumentos que utilizaria em defesa de sua participação nos eventos de 11 de novembro de 1955: evitar atritos entre Exército, Marinha e Aeronáutica, respeitar a lei e a Justiça e evitar a subversão da ordem e o derramamento de sangue. A palavra de Lott, escreve Resende (1955), serviria para acalmar o país, e aquelas páginas são “mais do que um feito jornalístico. É uma peça a que poderá recorrer o futuro quando se tratar da fixação de um juízo histórico sobre os graves acontecimentos destes dias que estamos vivendo”. A entrevista cumpre um papel importante de trazer a memória de um personagem principal daqueles dias. No entanto, ressalvam Andrade e Vaz (2011), a memória é uma reconstrução do passado – ainda que, neste caso, recente – a partir de informações do presente e reconstruções feitas em momentos anteriores que já sofriam com alterações.

O depoimento é, de fato, o principal material produzido pela revista naqueles dias. Nela, já aparecerão os eixos assumidos pela cobertura: a calma no país, a honradez de quase todos os personagens envolvidos, a importância da quebra da hierarquia militar e o comando político dos militares, em específico do general Lott – ainda que este procure, em suas palavras, diminuir a sua liderança. O general destacará o papel conspirador de Luz e Lacerda e a complacência das forças aérea e naval. Ainda afirmará que o golpe era premeditado, com os passos já medidos, aos quais ele teve de se antecipar – é particularmente interessante a

revelação de que já havia preparado um plano em julho daquele ano, prevendo que a eleição de JK e Jango pudesse ter as consequências que acabou tendo.

Resende não interrompe Lott, mas deixa-o falar livremente. É para acompanhar plenamente o raciocínio do general, defende. E Lott irá mais de uma vez se referir à quebra de hierarquia. É essa a questão no caso Mamede, desencadeador de toda a situação. O perdão a Mamede incentivaria o desrespeito à disciplina e passaria uma imagem muito negativa ao se tirar um oficial por coerência de atitudes para substituí-lo por outro que permitiria a indisciplina. Fiuza, o substituto, não carregava a culpa, mas “merecia mais consideração e melhor sorte” (RESENDE, 1955), diz Lott, seguindo a rota dos elogios a todos: ainda que envolvido naquele caso e tendo participado ativamente da crise de agosto de 1954, Fiuza de Castro era um exemplo para a corporação, “com uma longa e brilhante folha de serviços” (RESENDE, 1955).

Seguimos na indisciplina. É ela que leva vários comandantes a anunciar a Lott que iriam se demitir caso o general deixasse o Ministério. Nem isso, porém, teria convencido Lott a agir. “A paixão da legalidade me impedia qualquer gesto que importasse em quebra das normas constitucionais”, garantiu (RESENDE, 1955). No decorrer da madrugada, entretanto, o general ponderou de forma contrária – a legalidade estava em risco se ele não se permitisse escapar um pouco dela.

A legalidade estava, assim, ferida de morte, e sem possibilidade de uma defesa imediata e eficiente. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica viriam a cair nas mãos dos comandantes favoráveis ao golpe nas instituições e, acima deles, um Presidente da República interino alimentava a mesma intenção de suspender as garantias democráticas, negando o pronunciamento livre das urnas. Viria a dissolução do Congresso, a derrubada da Justiça. Os cargos e postos públicos seriam distribuídos entre inaptos, a boa intenção de alguns, sinceramente convencidos da necessidade da intervenção militar, não supriria as inconveniências de um tal estado de coisas. Sem nenhuma dúvida, marcharíamos a passos rápidos para a guerra civil e para a anarquia. Tudo isso seria consequência de minha conformação naquele momento. Mas havia a alternativa: sair temporariamente do quadro legal para chefiar um movimento que afastasse o Presidente moralmente incapaz de exercer as altas funções, assim como outras autoridades militares favoráveis à solução ilegal. Havia, é claro, a possibilidade de uma luta com derramamento de sangue, na qual brasileiros com armas e balas brasileiras iriam eventualmente fazer uma guerra civil. Sobretudo era preciso evitar o derramamento de sangue e meu afastamento da pasta da Guerra não garantiria que o sangue dos brasileiros não ia ser derramado, antes pelo contrário. Essa alternativa de uma rápida intervenção minha ainda apresentava a vantagem de, bem sucedida, vir a preservar as instituições democráticas, reduzir o sofrimento do povo, cumprir o papel constitucional das Forças Armadas em favor da lei e da ordem. (RESENDE, 1955)

Estava iniciado o contragolpe. O ministro comandava as ações do Quartel General, pois recusara-se a ir até o Catete para não causar a impressão de que estava tomando para si o

poder – ainda que seus colegas considerassem que, de fato, era ele que estava no comando do país. Aparece, então, no texto de Resende, outra característica que marcaria a cobertura de *Manchete*: a calma. “O ambiente, no seu gabinete, é de perfeita tranquilidade. Podemos notar mesmo que o Ministro está desafogado, como que vivendo momentos de euforia pelo êxito de suas operações”, diz o jornalista (RESENDE, 1955). “Lá fora, depois de tantos dias de chuva e mau tempo, o sol se abre num céu diáfano, penhor da ordem que – dizem os comunicados oficiais, e dizem mesmo a verdade – reina em todo o país” (RESENDE, 1955), colore ele, mais tarde. Lott narra, então, os movimentos militares e políticos por ele desempenhados. Para fazer o país retornar à normalidade democrática e constitucional, foi preciso instalar um novo governo pois ele não pretendia assumir o poder civil.

Cabe ressaltar os destaques das páginas: a primeira e segunda da entrevista são encimadas pela frase “planejado em julho o movimento do dia 11 de novembro”. Em seguida, aparece “agi em defesa da legalidade”. Por fim, “impressionante e minuciosa narrativa do general Lott”. Duas páginas trazem grandes fotografias, a primeira da tripulação do Tamandaré, com Carlos Luz à frente, e a segunda de Lott, durante a entrevista, com a legenda afirmando que ele fora obrigado a tomar as decisões que tomou.

Como apêndice da entrevista, aparecia um texto intitulado “A prisão de Côrtes”. Narra-se, ali, o episódio em que o coronel Geraldo Menezes Côrtes foi preso, solto e preso novamente para evitar que agisse contra o golpe preventivo. Ainda assim, rendem-se elogios ao militar: “o General Lott tem o Cel. Côrtes em alta conta. Foi seu professor e o considera homem honrado” (RESENDE, 1955). Outra figura é exaltada no texto posterior, intitulado “A manobra do ‘Tamandaré’”. Contando a fuga do navio e destacando que as fortalezas do Rio de Janeiro foram projetadas para impedir que alguém entrasse, mas não que saísse, a revista informava que o êxito do Tamandaré se deveu também à habilidade do almirante Penna Botto.

Outra matéria destaca Mamede, o catalisador da crise. Abaixo de uma foto do coronel sorridente, vestindo farda e suas medalhas, há um perfil dele. Novamente, *Manchete* põe-se a elogiar o personagem. Sob o título “O discreto coronel da ‘Sorbonne’”, destaca-se sua trajetória militar, chamam-no de “aluno brilhante” e afirmam que, no seu período na ESG aprofundou seu conhecimento da realidade brasileira, “conquistando, por sua cultura e teor moral, inequívoca posição de liderança entre seus camaradas” (SILVEIRA, 1955b). No texto principal, chamado “Mamede deu nome à crise”, o jornalista Joel Silveira traz o polêmico trecho do discurso do coronel no enterro de Canrobert e mais uma vez conta os

acontecimentos dos dias 10 e 11. Sob o intertítulo “O conquistador de Montese” traz mais loas à Mamede, afirmando ser ele o autor intelectual da conquista da cidade de Montese na II Guerra Mundial, lembrando que por este feito ele recebeu uma medalha dos EUA.

Também na matéria “A operação Lott deu o golpe no golpe” reafirma-se o ambiente de calma, ao menos para os habitantes desavisados do Rio de Janeiro:

na calçada esquerda da avenida Rio Branco, vários pelotões do Exército dormiam nas alças-de-mira das metralhadoras assestadas para o lado direito, onde, em atitude identicamente ameaçadora, se concentravam tropas da Marinha. Pelo asfalto da avenida, transformada em território neutro (“paralelo 38”), desenvolvia-se serenamente a vida da cidade, no vai-e-vem quotidiano do automóvel, do homem sobraçando pasta e da mulher carregando embrulhos. (A OPERAÇÃO... 1955)

Quando diz que as primeiras 24h do movimento foram perigosas, afirma que somente 8 tiros foram dados em todo esse período e a maior parte das ações aconteceu sem danos e sem fogo. “Como se vê, uma revolução de cor branca, ligeiramente acinzentada pela tonalidade chuvosa do dia, com oito tiros dos quais apenas três para valer” (A OPERAÇÃO... 1955), conclui o texto. Abaixo, uma foto mostrava três soldados, um deles a dormir, sob a chuva.

Em “A legalidade passou 32 horas fora da lei”, destaca-se que Lott e os militares por decisão própria instalaram um governo paralelo.

Às duas horas da madrugada do dia 11, o General Lott reassumiu a pasta da Guerra, insurgindo-se contra a até então autoridade constituída, que era o governo chefiado pelo sr. Carlos Luz. Como os Chefes Militares, considerando que o Presidente Luz ofendera os brios do Exército, tivessem manifestado solidariedade ao Ministro demitido, o Gen. Lott, agindo como chefe de um governo de fato, em comum acordo com os seus camaradas do Exército, decidiu reassumir a pasta. [...] Era, pois, um gesto de insubmissão, em nome da legalidade, que, segundo a interpretação dos legalistas, estava seriamente ameaçada com a nomeação do General Fiuza (A LEGALIDADE... 1955)

É aqui que aparecem as medidas mais rígidas tomadas pelo general. “Para evitar a divulgação de notícias alarmistas, e mesmo para impedir qualquer mobilização contrária de certos setores da opinião pública, os jornais e as estações de rádio foram postos sob censura” (A LEGALIDADE... 1955), diz a matéria. A *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, foi impedida de circular, além de ser ocupada por militares até às 13h do dia 12. Também ficaram sob intervenção a Rádio Nacional, o jornal oficial *A Noite* e a Chefia de Polícia. Edifícios públicos – com a exceção dos ministérios da Aeronáutica e da Marinha –, a Cia. Telefônica, os Correios e outros pontos estratégicos foram ocupados. As tropas do Exército tomaram as ruas do Rio de Janeiro. E somente neste texto se questiona se, de fato, era com Lott que estava a legalidade das ações. “Os ministros da Aeronáutica e da Marinha divulgaram manifesto de

fidelidade ao Presidente Luz, em nome da legalidade. Mas, em nome da legalidade, o General Lott suspendera o regime constitucional por trinta e duas horas” (A LEGALIDADE... 1955), conclui.

Além de registrar em um subtítulo que o general Fiuza de Castro tivera um mandato de apenas 360 minutos e só entrou uma única vez no Ministério da Guerra, preso, trazia uma foto com os três ministros militares, tirada meses antes na Câmara dos Deputados, lembrando as posições diferentes tomadas por eles na eleição de 1955. Ao pé das páginas, cinco fotos: sob o título “cinco presidentes para uma só (e infeliz) república” apareciam Lott (dito o presidente dos fatos), Luz (o presidente deposto), Café (o presidente acamado), Nereu (o presidente substituto) e JK (o presidente eleito). No centro da página seguinte, uma foto intitulada “O fantasma do golpe”, que era não mais que um soldado e um tanque cobertos por uma capa, se protegendo da chuva.

Em reportagem de Haroldo Holanda, intitulada “O regime encontra Nereu”, traça-se o desenrolar dos acontecimentos no Congresso Nacional. No sugestivo intertítulo “No Catete pela mão de Lott”, uma foto mostrava Nereu Ramos, sob o olhar do general, sendo entrevistado por vários repórteres. A legenda dizia que Nereu “compareceu ao ministério da Guerra e, dali, foi levado ao Catete pelo Gen. Lott, que (sorrindo de satisfação) o empossou”. Na série de fotos apresentadas, uma chamava atenção: um militar fazendo a segurança do Senado, dito que “a Polícia do Exército velava” a sessão.

Mantendo o tom pacífico, “O Tamandaré foi e voltou em paz” trazia como subtítulo “Enquanto navegava rumo à Guanabara, em momentos históricos, os inocentes de Copacabana passavam óleo nas costas e esqueciam”. O texto, porém, trazia momentos de tensão: o navio por pouco não teria sido atingido por um tiro, deixando de responder para não acertar pessoas e casas de Copacabana, e teria sido cogitado até mesmo bombardear a cidade de Santos, ideia que teria sido demovida por Luz.

A cobertura fotográfica foi grande. Em muitas das matérias, o espaço dado às imagens é superior ao texto. E algumas das fotografias servem para reforçar o clima de tranquilidade mesmo com soldados e tanques nas ruas: numa delas, lê-se que um canhão havia sido humanizado ao ser protegido com uma capa por um soldado, ficando “humilde como uma velhinha ao relento”. Noutra, conta-se que uma avenida, bloqueada pois chegava o Tamandaré, abriu-se somente para “uma exceção, em nome de Deus, a estas três freiras que,

longe deste mundo confuso, iam à Igreja rezar por todos nós”. Uma última tem por legenda um resumo do clima visto:

Apesar de militarmente ocupada, a cidade continuou na sua vida normal. O tráfego não se interrompeu, nem se embarçou. Não se registraram desordens nas ruas. O povo continuou pacificamente circulando, de guarda-chuva, na cidade subitamente assombrada pela presença dos tanques e dos canhões [...].

4.4 26 de novembro de 1955, nº 188

Na capa da edição seguinte, temos duas menções aos acontecimentos de 11 de novembro: no alto, à direita, as chamadas para as matérias sobre “a guerra que não houve” em São Paulo e o depoimento de Penna Botto. É um número, principalmente, de falas dos vencidos. A crise já não é, porém, o destaque da primeira página, mas o é do editorial, escrito por Henrique Pongetti. O jornalista afirma que às Forças Armadas tinha cabido a arbitragem nos impasses políticos que o país vivia, autoridade que lhe teria sido dada pelo seu “desinteresse pelo poder civil”. Pongetti defendia que uma mudança deveria ser feita no sistema brasileiro, seja por militares ou por civis. Mais uma vez, põe-se os militares como puros frente à esculhambação política.

Dessas revoluções infecundas feitas pela metade, com preservativos e com um terrível complexo constitucionista – desgosto de ver o Brasil entre as republiquetas desordeiras do continente – é perfeito exemplo a que depôs o presidente Getúlio Vargas pela segunda vez. Havia um rio de lama a drenar e purificar. Que se fez? Politicalha estéril, agitação inútil, perturbação na vida do comércio e da indústria, descrédito das premissas mais sagradas em nome das quais as Forças Armadas haviam vencido mais uma vez seus escrúpulos legalistas para intervir. Não aprendemos a tirar os frutos das nossas revoluções brancas, nem a explorar os dias constitucionais em favor da consolidação do regime democrático e em defesa de nossa comunidade liberal. (PONGETTI, 1955)

O entrevistado da vez é Bento Munhoz da Rocha Neto, ministro e compadre de Café Filho, que posteriormente lançaria o livro *Radiografia de Novembro* (1961), em que dá a sua versão para os acontecimentos. O espaço dado a ele é bastante menor que a Lott na edição anterior: uma página; duas, se considerarmos a que traz uma grande foto sua e o título “Meu compadre nunca foi golpista”. Rocha defende que Café respeitaria qualquer que fosse o resultado das urnas – assim como o fariam seus ministros – e que seu retorno seria a maior garantia de o país não cair numa ditadura militar, que os “sediciosos” de 11 de novembro haviam atentado contra a legalidade e que esta era representada por Luz, encarnando a continuidade e interinidade, tanto que manteve os ministros de Café.

“Café, coração de boi” traz um depoimento do repórter Murilo Melo Filho, garantindo que o problema cardíaco de Café Filho era real. Em “A façanha de Tamandaré” quem fala é o almirante Carlos Penna Botto. Afirma ele que mais navios, além do Barroso e do Tamandaré, estiveram de prontidão e que a própria embarcação que levava Luz estava a postos para o combate. Suas ações, no entanto, defende, foram para evitar que houvesse vítimas civis. Complementava esta a matéria “Penna Botto voltou remando”, em que retornam as honras aos personagens: o almirante tem “impecável folha de serviços na Marinha”, é afável, simpático, sorridente, fala mansa, gestos gentis, apesar de “feio”. Lembrava-se, entretanto, que Penna Botto era um conhecido anticomunista, o que o levaria a ser contra JK e Jango.

O discurso de tranquilidade vai ser tencionado por Pedro Gomes, colunista de política. Destacou que o tom sombrio dos dias era colorido pela censura ao rádio, fazendo

com que as informações nos chegassem amenas e otimistas, e se tocava boa música nos intervalos. Não parece haver dúvida de que houve uma seleção musical cuidadosamente orientada, para acalmar os nervos e as dolorosas perspectivas da população civil. Nunca foi tão agradável, assim como nunca foi tão estéril, ouvir as nossas farmacêuticas emissoras (GOMES, 1955b, p. 22).

Gomes aborda, ainda, a questão da divisão dentro do Exército que, segundo a “impressão dominante” teria facilitado o domínio de Lott sobre a situação. O jornalista afirma que os generais teriam apoiado Lott quando Luz se decidiu em favor de Mamede pois aquele caso caberia ao Exército, e não à Marinha ou à Aeronáutica, e a liderança caberia aos generais, não aos coronéis, evidenciando mais uma vez a questão da hierarquia. A edição conta, também, com uma matéria sobre Jango, mas mais focada no trabalho como fazendeiro do que na política, apesar de não esquecer este tema: o gaúcho diz que não há espaço para golpes ou mudanças no sistema político.

Uma foto de página inteira de soldados em trincheiras, em São Paulo, falava na serenidade reinante, mesmo com a ameaça de embates. Ao lado, a matéria “A guerra que não houve” reforçava mais uma vez a tranquilidade da população:

A alta tensão reinante nos círculos militares, entretanto, passou inteiramente despercebida da população, pois tudo se fez no sentido de evitar o pânico. O povo nem sequer chegou a suspeitar do drama em desenvolvimento nos bastidores. Assistiu, com indiferença mesmo, sem compreender patavina do que se passava, à abertura de trincheiras [...] ou à montagem de metralhadoras na cobertura de alguns edifícios. (LINGUANOTTO, 1955, p. 71)

Na verdade, segue o texto, os paulistas nem souberam direito do que se passava no Rio. Muito menos que Luz tentara transferir o governo para São Paulo. “Só ao cair da noite os paulistas

souberam, incrédulos, do drama de que foram personagens inconscientes”, diz o repórter Daniel Linguanotto (1955, p. 71). Não houve transtornos à vida das pessoas e os desenrolares só foram emocionantes para quem os viveu em sua intimidade, completa. É interessante notar que, na sequência, o jornalista fala que foi autorizado pelo general Falconieri a ouvir seus oficiais para reconstituir os movimentos militares tomados em São Paulo, como se o militar tivesse ascendência sobre a matéria.

Por fim, uma bem humorada reportagem de poucas linhas contava da passagem de Café Filho pelo hospital, sua tentativa de voltar ao poder e a destituição, acompanhado por movimentação de tropas no Rio de Janeiro. Complementa a matéria uma reportagem fotográfica sobre Café Filho. Nas duas fotos menores, o ex-presidente abraçava pessoas, sorridente, ao deixar a clínica. Nas maiores, o prédio onde ele morava, com o político à janela e os militares à volta, mas, mesmo assim, o clima era de mansidão. Na primeira legenda, a “praça de guerra” não escondia o povo que aplaudia a “fisionomia serena” de Café. Na segunda, intitulada “O presidente sorri”, apresenta o político de pijamas rindo, fumando e abanando aos transeuntes que o aclamavam. A revista abre espaço, ainda, para uma sessão de fotos com comentários divertidos, chamada “O golpe do bom-humor”.

4.5 3 de dezembro de 1955, nº 189

A edição 189 traz menos destaque ainda à situação política: apenas uma chamada no alto, à direita, dizendo “Café pôs a cama na varanda”, título da matéria sobre os dias no apartamento do ex-presidente. “Apesar de impedido, continuou com seu riso costumeiro”, dizia a matéria, que abria com uma foto de página inteira do político de pijama e chinelas. Acabava o cerco ao prédio em que ele morava e a vizinhança recuperava seu ritmo normal. Segue-se uma série de fotos de Café – “sereno” – e sua esposa na janela do apartamento, emocionado, com um riso largo, descrevem as legendas. Os populares, diz-se, o aclamam. Fotos do interior do apartamento apresentavam o ex-presidente recebendo senhoras e políticos, e “Havia muitos pedidos de autógrafos, entre os visitantes viam-se crianças, que o Presidente abraçava, comovido. [...] todas as manifestações se faziam num clima comovido que, rindo, o sr. Café Filho procurava desmanchar”.

O colunista Pedro Gomes, em suas páginas, traz notas sobre os acontecimentos políticos. A primeira já é reveladora de sua posição no caso:

O general Juarez Távora obteve, a 3 de outubro, uma excelente votação, excelente na quantidade e na qualidade, produto refinado da consciência livre e da vocação democrática do nosso povo. Mais um esforço. mais um impulso, mais um bocado de energias e entusiasmos, e o general teria vencido, galhardamente, a batalha das urnas, a sua incruenta “revolução pelo voto”. (GOMES, 1955c, p. 17)

Replica-se, aqui, um argumento que a UDN tratou naqueles dias: o voto em JK e Jango era desqualificado, fruto de enganações, enquanto que o em Távora era feito de forma livre. A vitória de Távora seria, segue, uma evolução do sistema político nacional.

Acreditavam os udenistas que o processo de aperfeiçoamento do regime e dos nossos costumes políticos haveria de correr, maciamente, nos trilhos da fatalidade, superintendido por anjos-da-guarda de poderes sobrenaturais, que assegurariam, por milagre, a vitória do Bem sobre o Mal. Manda a justiça que se diga que não existia, realmente, qualquer articulação válida entre os chamados “golpistas” da UDN e certos setores das Forças Armadas impregnados do espírito do 24 de agosto. Eram conversas, eram justas indignações, eram análises realistas, eram prognósticos severos, eram dúvidas, interrogações e perplexidades – mas conspiração de verdade, é que não era. O fracasso do 11 de novembro aí está como prova irrefutável. (GOMES, 1955c, p. 17)

A verdade democrática, diz, vinha deturpada e passava, por culpa dos políticos, pelo seu enterro.

4.6 10 de dezembro de 1955, nº 190

A capa da edição 190 traz um chamado de matéria relacionada ao 11 de novembro: no alto, à direita, “O Tamandaré por dentro”. O editorial, “Nereu”, trata da inesperada subida ao poder de Nereu Ramos. “Os treze pontos de Alkimin” é uma entrevista com o deputado José Maria de Alkimin, tratando da sucessão presidencial, em que o político afirma que o golpe vinha sendo preparado desde fevereiro daquele ano, quando a UDN propusera um debate sobre a adoção de uma cédula oficial na eleição. Alkimin diz também que a Marinha esteve para dar um golpe no dia 20 de outubro, mas foi evitado por oficiais do mar. Mas transparece, novamente, no discurso do deputado, que o grande motivador da crise foi o desrespeito à disciplina e hierarquia do Exército por parte de Luz.

Ele desrespeitara o artigo da Constituição que fixa a hierarquia e a disciplina como condições de existência para as classes armadas e expusera o país à guerra civil que vinha sendo pregada abertamente por aqueles que não se conformavam primeiro com o pleito em si e muito menos com o seu resultado. (HOMEM, 1955, p. 6)

Vê-se, também, nas falas de Alkimin, que Lott exercia o comando político no momento. Era o general que buscava uma fórmula de substituir Luz, a ele e ao Exército não agradavam a demora na solução, a resolução deveria satisfazê-lo e era de seu gabinete que se estudavam as medidas a tomar.

O navio que levou Luz e sua corte para São Paulo é o personagem de “O Tamandaré tem corpo fechado”. Além de um perfil do vaso, conta-se como foi a aventura de 11 de novembro, com gente demais (42 visitantes além da tripulação de 1050 homens) e comida de menos (só havia recursos para 24h de alimentação da tripulação normal). Segue-se uma narração dos acontecimentos a bordo desde que subiram Luz e seus companheiros até a volta ao Rio de Janeiro. Risco mesmo, ressalta-se, passaram os sinaleiros e telefonistas, desabrigados e expostos ao temporal e aos tiros, mas não houve medo ou pânico. Ao voltar à capital, o Tamandaré trouxe seus canhões levantados, em sinal de paz, e a banda ficou no convés, tocando o Cisne Branco. Complementa a matéria “Os marinheiros só atiram flores”, com o capitão-de-mar-e-guerra Silvio Heck, comandante do Tamandaré. O clima é de tranquilidade: “A primeira impressão é a de que o navio dorme: os marinheiros entregues às suas fainas de rotina, os cabos nas amarras, a sombra do armazém modorrando um pouco aquela tarde de canícula insuportável”. Para Heck, foram eles que respeitaram a disciplina. “Todas as ações deste navio foram realizadas em obediência à hierarquia naval. [...] Indisciplina haveria de nossa parte se não tivéssemos obedecido ao comando que reconhecíamos naquela manhã de 11 de novembro”, afirma.

O colunista de política Pedro Gomes traz loas a Café Filho.

Confinado ao pequeno mundo do seu apartamento, com a serenidade da consciência apaziguada e da dignidade intacta, o homem justo - João Café Filho - paga, sem nenhuma culpa própria, pelos erros dos muitos e impenitentes pecadores deste país. Não há outro caso, na história da República, de governo tão conforme aos padrões da ordem jurídico-constitucional, da moral política e administrativa; e não há outro exemplo de tão seguro comportamento democrático, como o que foi cumprido, a partir do dia 24 de agosto de 1954 até o recente 11 de novembro, pelo presidente Café Filho. Mas enquanto a sua conduta, no exercício da suprema magistratura, era a do estrito respeito aos mandamentos constitucionais, até os seus menores efeitos, lá em baixo os velhos pecadores ardiavam de impaciência e se agarravam, contritamente, aos poderes infernais, para que lhes fosse restituído o reino da irresponsabilidade. [...] Nesse ano e meio de governo, o que se viu foi a corporificação do impossível: tivemos, milagrosamente, o interregno de moralidade e da eficiência administrativa, da isenção política, da austeridade, da compostura, da modéstia e do equilíbrio modelando a ação do Poder Executivo, tivemos, enfim, um presidencialismo segundo os seus padrões ideais. [...] Café Filho sofre, agora, pelo muito que fez por bem da democracia e do país. (GOMES, 1955a, p. 25)

Além do extenso elogio, Gomes traz um breve depoimento de Café obtido no apartamento do ex-presidente. Entre fotos do político com visitantes, Café diz que não renunciará.

5. CONCLUSÃO

Buscamos, neste trabalho, entender como que foram vistos, naquela época, os acontecimentos de novembro de 1955. Baseando-se em autores como Capelato (1988), Espig (1998) e Karawejczyk (2010), tomamos a imprensa como fonte para isso, através da revista *Manchete*.

A primeira edição pós-contragolpe saiu já no dia 12 e pouco tratava do assunto. Possivelmente, por estar tão perto dos acontecimentos não houve tempo hábil de preparar matérias. No número seguinte, porém, a situação seria bem diferente. Publicada no dia 19 de novembro, a edição 187 foi a mais completa sobre o contragolpe. Nela, encontramos os quatro principais eixos que a cobertura seguiu: a) tudo estava calmo no país; b) não importando o lado em que se encontrassem, os personagens envolvidos mereciam respeito e honrarias; c) a quebra da hierarquia e disciplina militares foram força motriz de todo o caso; e d) os militares, em especial o general Lott, comandaram a política do país naquele momento.

Manchete, nas edições aqui analisadas, parece estar no meio de uma transformação pela qual passava o jornalismo brasileiro na década de 1950. A imprensa que nasceu política – militante e panfletária, para ser mais claro –, começou a ter ares mais empresariais e se tornar mais independente. É quando se introduzem no país os ideais da imparcialidade e objetividade. Mesmo assim, ressalta Ribeiro (2000), os jornais nunca deixaram de ter papel político. Assim, *Manchete* irá promover uma possível imparcialidade ao dar voz aos dois lados da história, mas na intenção de não contrariar ninguém, sejam políticos ou militares, acaba deixando a isenção de lado para tecer loas a todos. Há, entretanto, um sutil pendor em favor da caserna, numa reafirmação da concepção do bom soldado versus o mau político – como coletividade, já que não se desmerece pessoalmente os homens públicos.

A principal matéria de todas essas edições é a longa entrevista – ou talvez depoimento, já que a participação do jornalista é mínima – de Lott. O general é coberto de elogios e tem suas atitudes justificadas. Não é caso isolado: o mesmo acontecerá com Café Filho, coronel Mamede, almirante Penna Botto, general Fiuza de Castro. Não há aparente contradição, na revista, em se elogiar ao mesmo tempo a pessoas que estiveram em lados opostos. Ambos encarnam o bem, ainda que os próprios não vejam assim seus adversários. Há um notável esforço em retratar os personagens do caso, dando espaço ao seu próprio roteiro e suas próprias opiniões, mas isso é feito sem complexificar a situação e a atuação deles.

Por isso, é particularmente interessante o apagamento de Luz nas páginas da revista. Se o jornalismo tem o poder de dizer quem deve ser lembrado, pode também indicar quem deve ser esquecido. Figura central nos acontecimentos, Luz não tem sua voz ouvida. Suas ações nos chegam através de outras pessoas, e mesmo assim poucas vezes aparecem. Ao não falar, *Manchete* parece encontrar o seu culpado por toda aquela confusão, ainda que esse não aparente ser o objetivo da revista. Mas o silêncio ainda é uma forma de respeito: melhor ele do que acusar Luz de algo.

Temos, entretanto, trechos mais incisivos, ainda que poucos, como quando é lembrada a censura sobre rádios e imprensa ou se coloca em dúvida com quem estava a legalidade. Isso se dará especialmente na coluna de política, confirmando a separação entre o espaço noticioso – “imparcial” – e o opinativo. A posição de *Manchete*, porém, não está escondida: ainda que sejam honrados os que estiveram na outra frente, é aos vencedores que ela se une. E isso não foi algo de momento, já que, uma década depois, a revista irá se alinhar aos golpistas. Ou seja, não é a legalidade que conta para a revista, mas o alinhamento a quem está no poder.

Foram tempos tranquilos, se ressaltará nesta e nas próximas edições, ainda que o Catete mudasse tanto de comando e as Forças Armadas se pusessem umas contra as outras. São calmos os dias posteriores ao 11 de novembro, mas também o foram os dias da crise. Afinal, mesmo com as forças armadas nas ruas, tanques e metralhadoras, as senhoras continuavam carregando embrulhos, os homens saíam com suas pastas, os automóveis circulavam e os soldados dormiam ou se protegiam das chuvas. Era entre quatro paredes que o agito se dava, sem notar-se do lado de fora.

A quebra da hierarquia militar ganha posição central nas motivações do contragolpe e da reação a ele. Ainda que apareça em meio a outros argumentos, ressalta-se sua presença constante não só nos discursos dos oficiais, mas também dos jornalistas. A importância desse elemento talvez escape aos civis – algo que Lott diz –, mas não aos envolvidos que mostram que o catalisador do caso foi a indisciplina. É esse o problema no discurso de Mamede, na falta de punição por parte de Luz, na troca de ministro da Guerra, e, para Marinha e Aeronáutica, em enfrentar o presidente então no poder. A defesa da democracia, assim, passa a ser um objetivo menor frente ao respeito às regras internas dos militares.

Por fim, vemos que a todos os envolvidos está claro que quem comandava o país naquele momento era Lott. Será de seu gabinete que ações serão tomadas, será sob seus auspícios que

Nereu tomará posse. Do lado de fora do Senado, como mostrado pela revista, a Polícia do Exército “velava” a sessão de votação do impeachment – o que nos parece um recado direto aos políticos. A intenção, destaca-se, era só voltar à normalidade democrática e constitucional, sem assumir o poder civil. Anos depois, Lott concorreria à presidente e, em seguida, os militares assumiriam o governo sem deixá-lo por 20 anos.

Não à toa, em vista dos acontecimentos das décadas seguintes, algumas afirmações soam datadas. Por exemplo, o editorial da edição 188, afirmando o desinteresse das Forças Armadas pelo poder civil. Em tempos instáveis, agiriam para colocar as coisas em ordem e depois se retirariam, como se fossem adultos a olhar pelas crianças. Um discurso que seria utilizado posteriormente e ainda vive a assombrar a democracia brasileira. Encaixa-se, aqui, a noção de que os militares agem por pureza de ideais – mesmo que estejam de lados opostos. Assim, tanto Lott quanto Penna Botto procuram pelo melhor para o país. Atitudes contrárias serão tomadas, a legalidade será posta em jogo, mas é tudo para consertar os erros que aqueles homens públicos cometeram.

Ferreira (2011) diz que o contragolpe de Lott fez com que tendências nacionalistas, próximas ao PTB, de dentro das Forças Armadas, especialmente do Exército, percebessem que os quartéis não eram exclusivamente udenistas, e passassem a disputar as tropas com a direita. Em março de 1956, por exemplo, sob o comando do coronel Nemo Canabarro Lucas, era criada a Frente de Novembro, organização que buscava manter os ideais do movimento de 55 e congregava militares, sindicalistas, comunistas e petebistas pela luta por democracia e nacionalismo – permitiu, assim, um alinhamento de lideranças do Exército e do trabalhismo. “Contudo, a ida dos petebistas e das esquerdas aos quartéis feriu crenças, valores e códigos comportamentais próprios da instituição militar. Outras facções nas Forças Armadas não os perdoariam pela estratégia de fazer proselitismo político nas tropas”, afirma Ferreira (2011, p. 326).³⁹ Estavam formadas as relações de hostilidade que fariam a direita das Forças Armadas não descansar até conseguir o golpe que queriam. Tentaram naquele 1955 e fracassaram, tentaram em 1961⁴⁰ e foram impedidos pela Legalidade. Enfim, em 1964 tiveram sucesso.

39 “Desde 1954, a Aeronáutica era terreno praticamente exclusivo dos anticomunistas. Na Marinha, conhecida por seu elitismo, também havia pouco espaço para dissidências [...]. Assim, quando se fala de polarização militar, pensa-se principalmente no Exército” (MARTINS FILHO, 2011, p. 116).

40 Ferreira (2011) afirma que os indícios sinalizam que Jânio Quadros planejou um golpe de Estado. Imaginou que haveria uma reação militar à posse de Jango e, principalmente, grandes manifestações populares a seu favor. Com apoio do povo e dos militares, poderia subjugar o poder Legislativo. Fracassou, porém.

Um resumo é feito por Ferreira (2011, p. 338): “As crises republicanas, assim, foram momentos limites em que os grupos políticos conservadores mais radicalizados não se conformaram com os avanços, democraticamente conquistados, dos trabalhistas”. Ou seja, tanto na eleição de Vargas em 1950, nos eventos de 1955 e na disputa pela posse de Jango em 1961, grupos de militares e civis de extrema-direita tentaram passar por cima das regras democráticas e legais. Não tiveram sucesso, porém, quando a sociedade se movimentou pelo seguimento dos preceitos constitucionais, incluindo greves, manifestações de rua e protestos.

Embora de perfil “rígido e conservador”, como diz Carloni (2010), a atuação de Lott nos acontecimentos de novembro de 1955 pavimentou o caminho para que ele se tornasse opção política dos nacionalistas de diferentes vertentes, encaixando-se no desejo das esquerdas de unir civis e militares em defesa de uma nação autônoma. Assim, em 1960 candidatou-se a presidente da República, acompanhado de Jango que mais uma vez tentava ser vice, mas não conseguiu se eleger. Para os conservadores das três forças, porém, tornou-se alvo de resistências. Entre os oficiais de 1964, nunca foi perdoado, passando por um processo de desmoralização e esquecimento dentro das Forças Armadas, numa tentativa de apagar a existência de militares defensores do projeto nacionalista das décadas de 1950 e 1960 (CARLONI, 2010). Carloni (2010) defende também que, dentro da esquerda, houve também um processo de apagamento de Lott. Além disso, ainda segundo a autora, a própria memória trágica da ditadura cívico-militar sobrepujou o contragolpe de 1955.

Obtemos, assim, um possível panorama daqueles dias. Se entre as Forças Armadas houve fortes movimentações, incluindo fugas, tiros e oposições internas, motivadas principalmente pela quebra da hierarquia, ao povo isso pouco apareceu. Aos cariocas e paulistas ainda foi possível ver, nas ruas, trincheiras, tanques e soldados, mas isso não atrapalhou o dia a dia. Houve imprensa censurada para não mobilizar uma resistência e as rádios trocaram suas programações por música calma, é verdade, porém de fato a agitação deu-se nos gabinetes de oficiais e entre as casas políticas nacionais. Foi um contragolpe a um golpe que não aconteceu, uma reviravolta militar e política silenciosa. E *Manchete* não foi capaz de apontar dedos, por mais páginas que dedicasse ao assunto. Parece-nos, assim, que, para a publicação dos Bloch, era preciso acima de tudo manter a paz com aqueles que detinham o poder, mesmo que esse passasse de mãos com frequência. Aos que comandam o país, da caserna ou do congresso, uma reverência.

Destacamos, por fim, que o 11 de novembro de 1955 se insere numa longa lista de acontecimentos em que os militares, tendo sido eles a proclamar a república, agem como donos dela. A democracia, neste caso, é simples joguete numa discussão sobre hierarquia e disciplina. Ou seja, o mais importante é que se feriram os brios verde-oliva. Mesmo que se considere que Lott agiu legitimamente em defesa dos ritos democráticos, este é também um caso da suposta tutela castrense sobre o poder público nacional. A diferença principal, talvez, seja que nesta vez houve militares defendendo a democracia e as decisões dos civis. Mesmo assim, como dito na introdução deste trabalho, para Biroli (2003) é neste episódio que a caserna se dá o papel de intérprete da lei, dentro de limites que ela mesma traça.

Já Luz, o breve, e sua deposição se perderam na névoa da História. Restou, de tudo isso, a vontade golpista que uma década depois triunfaria. Neste roteiro de fugas em navios, tiros de fortes, seguidas deposições e armas a esperar o fogo, o Brasil viveu dias de uma intensa agitação nas coxias de seu teatro – o público é que não viu o espetáculo.

6. REFERÊNCIAS

6.1 Fontes primárias

- 4 MIL homens ocupam o Catete. **Última Hora**. Rio de Janeiro, p. 1. 11 nov. 1955.
- BATALHA judicial com restrições. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, p. 126-127. 19 nov. 1955.
- BATALHA judicial e questão militar. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, p. 116. 12 nov. 1955.
- EM CONFIANÇA. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro. 12 nov. 1955.
- EMBARAÇA-SE o golpe na legalidade. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, p. 116. 5 nov. 1955.
- GOMES, Pedro. Elogio do homem justo. **Manchete**. Rio de Janeiro, p. 25. 10 dez. 1955.
- GOMES, Pedro. “Flashes” dos acontecimentos de 11 de Novembro. **Manchete**. Rio de Janeiro, p. 22-23. 26 nov. 1955.
- GOMES, Pedro. Notas sobre o fato político. **Manchete**. Rio de Janeiro, p. 17. 3 dez. 1955.
- HOMEM, Homero. Os treze pontos de Alkimin. **Manchete**. Rio de Janeiro, p. 6-7. 10 dez. 1955.
- A LEGALIDADE passou 32 horas fora da lei. **Manchete**. Rio de Janeiro. 19 nov. 1955.
- LINGUANOTTO, Daniel. A guerra que não houve. **Manchete**. Rio de Janeiro, p. 71-72. 24 nov. 1955.
- LOTT: a situação é melhor do que muita gente pensa! **Última Hora**. Rio de Janeiro, p. 1. 09 nov. 1955.
- A OPERAÇÃO Lott deu o golpe no golpe. **Manchete**. Rio de Janeiro. 19 nov. 1955.
- PONGETTI, Henrique. E agora? **Manchete**. Rio de Janeiro. 26 nov. 1955.
- RESENDE, Otto Lara. Manchete revela em primeira mão o sensacional depoimento de Lott. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 187, p. 3-9, 19 nov. 1955. Semanal.
- ROMPE-SE o equilíbrio político na frente das Fôrças Armadas. **O Cruzeiro**, p. 124–125, 19 nov. 1955.
- SILVEIRA, Joel. Cartilha do golpe. **Manchete**. Rio de Janeiro, 5 nov. 1955.
- SILVEIRA, Joel. Mamede deu nome à crise. **Manchete**. Rio de Janeiro. 19 nov. 1955.
- UM MOMENTO, leitor. **Manchete**. Rio de Janeiro. 26 abr. 1952.

6.2 Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela Maria de Castro (org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 23-59.

ANDRADE, Regina Gloria Nunes; VAZ, Cibele Mariano. A transmissão e a transformação da história pela memória social. In: BARBOSA, Marialva Carlos; RIBEIRO, Ana Paula Goulart (org.). **Comunicação e história: partilhas teóricas**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 201-211.

OS ANOS JK – Uma Trajetória Política. Direção de Silvio Tendler. Roteiro: Claudio Bojunga, Antonio Paulo Ferraz e Silvio Tendler. [S.I.]: Terra Filmes, 1981. (110 min.), son., P&B.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, Marialva Carlos. Meios de comunicação e história: um universo de possíveis. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (org.). **Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 15-34.

BARBOSA, Marialva Carlos. Por uma história cultural latino-americana dos meios de comunicação: um olhar sobre as práticas, processos e sistemas de comunicação nas últimas décadas do século XIX. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 19-33, dez. 2012.

BARBOSA, Marialva Carlos; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Comunicação e história: um entre-lugar. In: BARBOSA, Marialva Carlos; RIBEIRO, Ana Paula Goulart (org.). **Comunicação e história: partilhas teóricas**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 9-28.

BIERRENBACH, Julio de Sá. **1954-1964: uma década política**. Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996.

BIROLI, Flávia. **Com a corrente: modernidade, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro dos anos 1950**. 2003. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BIROLI, Flávia. Jornalismo, democracia e golpe: a crise de 1955 nas páginas do Correio da Manhã e de O Estado de S. Paulo. **Rev. Sociol. Polít.**, p. 87-99, 2004.

BLOCH, Arnaldo. **Os irmãos Karamabloch: ascensão e queda de um império familiar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BRANDI, Paulo. **ALIOMAR DE ANDRADE BALEEIRO**. CPDOC-FGV. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aliomar-de-andrade-baleeiro>. Acesso em: 17 out. 2022.

BRASIL, Bruno. **Manchete**. 2019. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/manchete/>. Acesso em: 27 jul. 2022.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e textualidade. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Cap. 12. p. 225-241.

CARLONI, Karla. **Forças armadas e democracia no Brasil: o 11 de novembro de 1955**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. 176 p.

CARLONI, Karla. **Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas**. 2010. 251 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Acervo digitalizado da revista Manchete disponível na internet (notícia). In: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/revista-manchete-na-web/>. Publicado em: 12 jan. 2019. Acesso: 25 jul. 2022.

CARVALHO, Claudia Paiva. **Presidencialismo e democracia no Brasil (1946-1956): sistema de governo, legalidade e crise política**. 2019. 251 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

COHEN, Marleine. Juscelino Kubitschek: um bandeirante na trilha da modernidade. In: FIGUEIREDO, Ney Lima (org.). **Políticos ao entardecer: poder e dinheiro no outono de Vargas, JK, Geisel, Café Filho, Brizola, Andreazza, Covas e Lacerda**. São Paulo: Editora de Cultura, 2007. p. 59-99.

COUTINHO, Amélia. **HENRIQUE BATISTA DUFFLES TEIXEIRA LOTT**. CPDOC-FGV. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/henrique-batista-duffles-teixeira-lott>. Acesso em: 08 nov. 2022.

CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. **Carlos Lacerda**. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/carlos_lacerda. Acesso em: 22 nov. 2020.

CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. **Gervásio Duncan de Lima Rodrigues**. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gervasio-duncan-de-lima-rodrigues>. Acesso em: 4 out. 2022.

CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. **João Goulart**. Disponível em: <https://jk.cpdoc.fgv.br/biografia/joao-goulart>. Acesso em: 11 abr. 2023.

CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. **Juscelino Kubitschek**. Disponível em: <https://jk.cpdoc.fgv.br/biografia/juscelino-kubitschek>. Acesso em: 11 abr. 2023.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 111-153.

DELGADO, Marcio de Paiva. **O “Golpismo Democrático”**: Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa. 2006. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

DELGADO, Marcio de Paiva. Lacerdismo: a mídia como veículo de oposição na experiência democrática (1946-1964). **Locus: Revista de História**, v. 12, n. 2, p. 137-153, 2006.

Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ELMIR, Cláudio Pereira. Uma aventura com o Última Hora: o jornal e a pesquisa histórica. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 67-90, dez. 2012.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 269-289, dez. 1998.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 301-342. Livro 3.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Apresentação. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 11-16, dez. 2012.

IMS. **Otto Lara Resende**. Disponível em: <https://ims.com.br/2017/06/01/sobre-otto-lara-resende/>. Acesso em: 11 abr. 2023.

KARAWEJCZYK, Mônica. O jornal como documento histórico: breves considerações. **Historiæ**, Rio Grande, v. 3, n. 1, p. 131-150, 2010.

KRILOW, Letícia Sabina Wermeier. Jornal como fonte e/ou objeto da escrita histórica: proposta metodológica aplicada à análise das representações sobre “o político” na “grande imprensa carioca” de 1955 a 1960. **Oficina do Historiador**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 1-21, 4 out. 2019. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/21778-3748.2019.1.33745>.

KROPF, Simone. **BLOCH, ADOLFO**. CPDOC. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bloch-adolfo>. Acesso em: 27 jul. 2022.

LAMARÃO, Sérgio. **CARLOS PENA BOTO**. CPDOC-FGV. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-pena-boto>. Acesso em: 08 nov. 2022.

LAMARÃO, Sérgio. **Movimento de 11 de novembro**. CPDOC-FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/JkRumoPresidencia/11Novembro>. Acesso em: 05 set. 2020.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Bilros**, Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-29, jan.-jun. 2016.

LOUZADA, Silvana. **Ascensão e queda de O Cruzeiro e Manchete**. 2004. Observatório da Imprensa. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/diretorioacademico/ascensao-e-queda-de-o-cruzeiro-e-manchete/>. Acesso em: 27 ago. 2022.

MALIN, Mauro. **CARLOS COIMBRA DA LUZ**. CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-coimbra-da-luz>. Acesso em: 05 set. 2020.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 45-80.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista**. Imprensa e práticas culturais em tempos de república, São Paulo (1890-1922). São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. Introdução: pelos caminhos da imprensa no Brasil. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a antessala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 99-126.

MELO FILHO, Murilo. Café Filho: um agitador na presidência. In: FIGUEIREDO, Ney Lima (org.). **Políticos ao entardecer: poder e dinheiro no outono de Vargas, JK, Geisel, Café Filho, Brizola, Andreazza, Covas e Lacerda**. São Paulo: Editora de Cultura, 2007. p. 139-174.

MEMÓRIA O GLOBO. **Otto Lara Resende**. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/cronistas-e-colunistas/otto-lara-resende-11018621>. Acesso em: 11 abr. 2023.

MENESES, Sônia. A mídia, a memória e a história: a escrita do novo acontecimento histórico no tempo presente. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 35-65, dez. 2012.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX**. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2003. 228 p.

MUSEU BRASILEIRO DE RÁDIO E TELEVISÃO. **HENRIQUE PONGETTI**. Disponível em: <https://www.museudatv.com.br/biografia/henrique-pongetti/>. Acesso em: 11 abr. 2023.

PANIAGO, Paulo Roberto Assis. **Um retrato interior: O gênero perfil nas revistas *The New Yorker* e *Realidade***. 2008. 456 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

RAMOS, Plínio de Abreu. **Brasil, 11 de novembro**. São Paulo: Fulgor, 1960.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. 2000. 338 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo e história: ambigüidades e aparentes paradoxos. **Eco**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 5-11, 1999.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marcos; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (org.). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. p. 426-435.

RIOUX, Jean-Pierre. Entre história e jornalismo. In: CHAUVEAU, Agnès (org.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999. p. 119-126.

SCHÜLER, Fernando. Carlos Lacerda, o político do tudo ou nada. 2014. Disponível em: <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/02/bcarlos-lacerdab-o-politico-do-tudo-ounada.html>. Acesso em: 24 out. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 694 p.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VELLOSO, Monica Pimenta. Percepções do moderno: as revistas do Rio de Janeiro. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marcos; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (org.). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. p. 312-331.

VICK, Mariana. **O acervo completo da revista Manchete, agora online**. 2019. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/01/16/O-acervo-completo-da-revistaManchete-agora-online>. Acesso em: 25 jul. 2022.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, v. 4, p. 89-102, 1985.